

CONCORRÊNCIA PÚBLICA NACIONAL EDITAL Nº 001/2018

PREÂMBULO

O Estado de São Paulo, por meio da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP, autarquia de regime especial, vinculada à Secretaria de Governo do Estado de São Paulo, nos termos do Decreto Estadual nº 61.035/2015, nº 61.036/2015 e Decreto nº 001/2018 e considerando as competências que lhe foram outorgadas no artigo 3º inciso VII da Lei Complementar nº 914/2002, torna público, para conhecimento de quantos possam se interessar, que se acha aberta a concorrência de âmbito nacional, do tipo MAIOR OFERTA de pagamento pela OUTORGA FIXA, com a finalidade de selecionar a PROPOSTA mais vantajosa, apresentada por empresa ou consórcio de empresas, para a celebração de contrato de CONCESSÃO DE DIREITO DE USO E EXPLORAÇÃO DE BEM PÚBLICO, tendo por objeto a implantação, em ÁREAS PÚBLICAS circunscritas e lindeiras ao Rodoanel Mario Covas (SP-021) e em eventuais ÁREAS PRIVADAS ADJACENTES, de áreas de descanso para caminhoneiros e postos de abastecimento e de serviços, além de outras atividades correlatas, contemplando a autorização, à CONCESSIONÁRIA, de implantação de acessos, exclusivos para o modelo de CONCESSÃO, sendo obrigação da CONCESSIONÁRIA realizar as atividades de implantação, operação e manutenção em todas as ÁREAS EXPLORADAS.

Foi celebrado Termo de Cooperação nº 001 de 2018, nos termos do quanto previsto no Decreto Estadual 59.215/2013, art.4º, entre a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP e o Departamento de Estradas de Rodagem - DER titular das áreas que serão concedidas.

A LICITAÇÃO é realizada, segundo a modalidade concorrência, de acordo com a autorização legislativa decorrente da Lei Estadual nº 001, de 001 de 001 de 001, e na forma autorizada pela Resolução Conjunta 001, de 001, e obedece às normas gerais da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993, e da Lei Estadual nº 6.544, de 22 de novembro de 1989, com suas respectivas alterações, e regula-se pelo disposto no presente EDITAL.

O EDITAL e ANEXOS, também poderão ser obtidos gratuitamente por meio da Internet, no site www.artesp.sp.gov.br, ou retirados na ARTESP, situada na Rua Iguatemi, 105 – Itaim Bibi – São Paulo - SP, no período de 00/00/00 a 00/00/00, das 10:00 às 17:30 horas, mediante a apresentação de Hard Disk com capacidade

suficiente para que todos os arquivos possam ser digitalmente copiados, ou poderão, ainda, ser requeridos pelo correio, mediante o pagamento das despesas de remessa, devendo, para tanto, ser mantido contato pelo telefone 3465-2365 ou pelo endereço eletrônico novasconcessoes@artesp.sp.gov.br, com o título “Novas Concessões | acesso ao Edital Áreas de Descanso e Postos de Abastecimento e Serviços”, indicando o endereço e o destinatário.

A ARTESP não se responsabiliza pelo texto ou conteúdo de editais, anexos ou documentos obtidos ou conhecidos de forma e local diversos daqueles indicados acima.

A LICITAÇÃO foi precedida de Audiência Pública, realizada no dia 24 de outubro de 2017, nos termos do artigo 39 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores, tendo sido previamente comunicada por publicação no DOE/SP de 06 de outubro de 2017, por divulgação nos sítios eletrônicos www.parcerias.sp.gov.br e www.artesp.sp.gov.br, bem como em jornais de grande circulação: O Estado de São Paulo, Folha de São Paulo e Valor Econômico. A gravação do áudio da audiência pública está disponível no sítio www.artesp.sp.gov.br.

Após a análise de todas as contribuições recebidas em sede de Audiência e Consulta Pública, esta última realizada entre os dias []/[]/[] e []/[]/[], os ajustes necessários foram realizados e as contribuições pertinentes foram inseridas nos documentos finais e aprovadas pelo CONSELHO DIRETOR da ARTESP em sua [] Reunião realizada em []/[]/[];

A ARTESP receberá os envelopes com (i) GARANTIA DE PROPOSTA (ii) METODOLOGIA DE EXECUÇÃO, (iii) PROPOSTA COMERCIAL e (iv) documentos para HABILITAÇÃO, das empresas interessadas, na sede da ARTESP, situada na Rua Iguatemi, 105 – Itaim Bibi – São Paulo - SP, no dia []/[]/[], às [] horas, com tolerância de 30 (trinta) minutos.

Às []:[] horas do dia []/[]/[], no mesmo local, a COMISSÃO DE ESPECIAL DE LICITAÇÃO (COMISSÃO) realizará a sessão pública onde se procederá à abertura dos envelopes apresentados pelos LICITANTES, obedecida a inversão de fases prevista no artigo 40 da Lei Estadual nº 6.544, de 22/11/1989, com a redação dada pela Lei Estadual nº 13.121, de 07/07/2008, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 54.010, de 12 de fevereiro de 2009, e nos termos previstos no item 04 deste EDITAL.

Serão abertos primeiramente os envelopes contendo a GARANTIA DE PROPOSTA e a METODOLOGIA DE EXECUÇÃO. Após a análise dos documentos constantes destes envelopes, a COMISSÃO abrirá os envelopes contendo a PROPOSTA COMERCIAL somente dos LICITANTES que houverem apresentado uma GARANTIA DE PROPOSTA aceitável, nos termos do item 10 deste EDITAL, e cuja

METODOLOGIA DE EXECUÇÃO atender às condições fixadas no item 12 deste EDITAL.

Será aberto o envelope contendo os documentos de HABILITAÇÃO somente do LICITANTE que apresentar a MAIOR OFERTA.

Inabilitado o LICITANTE que apresentar a MAIOR OFERTA, serão analisados os documentos de HABILITAÇÃO do LICITANTE com a PROPOSTA COMERCIAL classificada em segundo lugar, e assim sucessivamente, até que um LICITANTE classificado atenda às condições fixadas no EDITAL.

A COMISSÃO divulgará o resultado da LICITAÇÃO, declarando vencedor o LICITANTE que, habilitado, houver proposto a MAIOR OFERTA para a OUTORGA FIXA.

Proclamado o resultado final do certame, o objeto será adjudicado ao vencedor nas condições técnicas e econômicas por ele ofertadas.

Toda a documentação exigida deverá ser apresentada na forma impressa e em meio magnético.

As definições contidas no item 1 deste EDITAL (Definições), serão grafadas sempre em maiúsculo e terão o significado explicitado no aludido item.

ÍNDICE

PREÂMBULO	1
CAPITULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS.....	5
1. DEFINIÇÕES	5
3 . DOS REQUISITOS DE PARTICIPAÇÃO	12
4. DO PROCEDIMENTO GERAL.....	13
5. DOS RECURSOS	19
6. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS	19
7. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL	20
8. VISITA TÉCNICA	20
9. INFORMAÇÕES ADICIONAIS	21
CAPÍTULO II – DA DOCUMENTAÇÃO.....	22
10. DA GARANTIA DE PROPOSTA	22
11. DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO.....	23
12. DA METODOLOGIA DE EXECUÇÃO	32
13. DA PROPOSTA COMERCIAL	34
CAPÍTULO III – DA CONTRATAÇÃO.....	36
14. DO LICITANTE VENCEDOR.....	36
15. DA ADJUDICAÇÃO.....	37
CAPÍTULO IV – DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À CONCESSÃO	38
16. DA CONCESSIONÁRIA	38
17. DA FISCALIZAÇÃO E PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES	40
18. DO USO DO BEM PÚBLICO.....	42
19. DA EXPLORAÇÃO DO BEM PÚBLICO CONCEDIDO	43
20. DO PRAZO DA CONCESSÃO	43
21. DAS GARANTIAS DE EXECUÇÃO DO CONTRATO.....	43
22. DOS SEGUROS.....	45
CAPÍTULO V – DO CONTRATO.....	46
23. DO CONTRATO	46
24. DAS SANÇÕES E PENALIDADES	47
25. DA EXTINÇÃO DA CONCESSÃO	47
26. DA TRANSFERÊNCIA DO BEM PÚBLICO CONCEDIDO	48
27. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	48
RELAÇÃO DOS ANEXOS	48

CAPITULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

1. DEFINIÇÕES

Em especial são adotadas as definições dispostas neste item, sem prejuízo de definições inseridas em outros pontos do EDITAL.

1.1. ACESSO - Via que permite a passagem de veículos da rodovia para as Áreas de Descanso para Caminhoneiros com Posto de Abastecimento e de Serviços e vice-versa.

1.2. ADJUDICATÁRIO – LICITANTE vencedor do processo licitatório, ao qual será adjudicado o objeto da licitação;

1.3. ÁREAS EXPLORADAS - Conjunto de áreas exploradas pela CONCESSIONÁRIA formado pelas ÁREAS PÚBLICAS e, eventualmente, pelas ÁREAS PRIVADAS adjacentes.

1.4. ÁREAS PRIVADAS - Área privada adjacente à ÁREA PÚBLICA, que poderá ser explorada pela CONCESSIONÁRIA, para a implementação dos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS e/ou ADICIONAIS.

1.5. ÁREAS PÚBLICAS - Conjunto de áreas públicas descritas no Anexo I do EDITAL, a serem concedidas em 2 (dois) LOTES.

1.6. ARTESP – Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo, criada pela Lei Complementar nº 914/2002, de 22/01/02, que figura no CONTRATO como contratante;

1.7. BEM PÚBLICO CONCEDIDO – conjunto das ÁREAS PÚBLICAS objeto da CONCESSÃO, totalizando [•] m² ([•] metros quadrados) para o LOTE 1 e [•] m² ([•] metros quadrados) para o LOTE 2, sendo delimitadas pelo perímetro descrito e detalhado no ANEXO I deste EDITAL;

1.8. BENS REVERSÍVEIS - São os bens vinculados à CONCESSÃO, adquiridos, construídos ou incorporados pela CONCESSIONÁRIA durante o prazo da CONCESSÃO, indispensáveis à implementação dos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS nas ÁREAS PÚBLICAS e/ou PRIVADAS e INVESTIMENTOS ADICIONAIS nas ÁREAS PÚBLICAS, se for o caso, que serão revertidos e/ou devolvidos ao PODER CONCEDENTE, por ocasião do término do CONTRATO, de modo a permitir a continuidade da respectiva exploração. Consideram-se também para todos os efeitos, BENS REVERSÍVEIS, as ÁREAS PRIVADAS em que tenham sido implementados INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS.

1.9. COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO (COMISSÃO) – comissão designada pela Resolução [•], de [•] de [•] de [•], publicada no DOE de [•] de março de [•], responsável pela condução deste procedimento licitatório;

1.10. CONCESSÃO DE DIREITO DE USO E EXPLORAÇÃO DE BEM PÚBLICO (CONCESSÃO) – delegação do direito de uso e exploração do BEM PÚBLICO CONCEDIDO, tendo por objeto a implantação, em ÁREAS PÚBLICAS circunscritas e lindeiras ao Rodoanel Mario Covas (SP-021) e em eventuais ÁREAS PRIVADAS ADJACENTES, de áreas de descanso para caminhoneiros e postos de abastecimento e de serviços, além de outras atividades correlatas, contemplando a autorização, à CONCESSIONÁRIA, de implantação de acessos, exclusivos para o modelo de CONCESSÃO, sendo obrigação da CONCESSIONÁRIA realizar as atividades de implantação, operação e manutenção em todas as ÁREAS EXPLORADAS;

1.11. CONCESSIONÁRIA – sociedade anônima, com o fim específico e exclusivo de uso e de exploração do BEM PÚBLICO CONCEDIDO.

1.12. CONSÓRCIO – grupo de pessoas jurídicas que se unem objetivando agregar capacitação técnica, econômica e financeira para a participação na LICITAÇÃO;

1.13. CONTRATANTE – o Estado de São Paulo, por intermédio da ARTESP;

1.14. CONTRATO – instrumento jurídico responsável por disciplinar os direitos e obrigações das partes no âmbito desta CONCESSÃO DE DIREITO DE USO E EXPLORAÇÃO DE BEM PÚBLICO, nos termos da minuta constante do Anexo II;

1.15. CRONOGRAMA FÍSICO-EXECUTIVO - Cronograma integrante do PLANO DE INVESTIMENTO, a ser apresentado pela ADJUDICATÁRIA, como condição de assinatura do CONTRATO, contendo o detalhamento, por meio de marcos iniciais, intermediários e finais, para cada um dos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS, bem como o detalhamento dos INVESTIMENTOS ADICIONAIS que poderão ser implementados pela CONCESSIONÁRIA.

1.16. EDITAL – o presente instrumento convocatório e seus Anexos, regulador dos termos e condições desta LICITAÇÃO;

1.17. EVENTO DE DESEQUILÍBRIO - Evento, ato ou fato, que desencadeia o desequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, e que enseje o direito à recomposição do Equilíbrio Econômico-Financeiro na exata medida do desequilíbrio, correspondente ao prejuízo efetivamente comprovado.

1.18. EVTE - Estudo de Viabilidade Técnica e Econômico - Financeira, que apresenta os valores e anos contratuais dos investimentos que comporão o PLANO DE INVESTIMENTOS, e que servirá de base para a elaboração do CRONOGRAMA

FÍSICO-EXECUTIVO a ser apresentado pela CONCESSIONÁRIA e suas consequências, nos termos deste CONTRATO.

1.19. FATURAMENTO BRUTO – conjunto de todas as receitas auferidas pela CONCESSIONÁRIA na exploração do objeto da CONCESSÃO, inclusive com a comercialização de “naming rights”, excetuadas, exclusivamente, as receitas financeiras;

1.20. GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO – a garantia a ser prestada pela CONCESSIONÁRIA de forma a garantir o fiel cumprimento de suas obrigações previstas no CONTRATO;

1.21. GARANTIA DE PROPOSTA (BID/BOND) – garantia fornecida por cada LICITANTE para participar da LICITAÇÃO, de modo a assegurar a manutenção da proposta apresentada, em todos os seus termos, respeitado o disposto neste EDITAL;

1.22. HABILITAÇÃO – fase do procedimento licitatório destinada à comprovação da habilitação jurídica, da regularidade fiscal e trabalhista, da qualificação técnica e da qualificação econômico-financeira do LICITANTE;

1.23. INTERFERÊNCIAS - Instalações de utilidades públicas ou privadas de infraestrutura urbana, aéreas, superficiais ou subterrâneas, que possam vir a interferir ou sofrer interferência direta ou indireta com as atividades a cargo da Concessionária.

1.24. INVENTÁRIO DOS BENS REVERSÍVEIS - Inventário dos BENS REVERSÍVEIS a serem mantidos pela CONCESSIONÁRIA durante o PRAZO DA CONCESSÃO em consonância com todos os INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS e eventualmente INVESTIMENTOS ADICIONAIS em ÁREAS PÚBLICAS, os quais deverão ser realizados por meio de vídeo registro, conforme especificações do ANEXO IV do Edital.

1.25. INVESTIMENTOS – investimento previsto pelo LICITANTE em sua METODOLOGIA DE EXECUÇÃO;

1.26. INVESTIMENTOS ADICIONAIS - Investimentos Adicionais, com vistas a implementar negócios adicionais, que poderão ser realizados opcionalmente pela CONCESSIONÁRIA, nas ÁREAS PÚBLICAS e/ou PRIVADAS, além dos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS, nos termos do CONTRATO e do ANEXO IV do EDITAL.

1.27. INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS - São os investimentos a serem implementados obrigatoriamente pela CONCESSIONÁRIA nas ÁREAS PÚBLICAS

e eventualmente nas ÁREAS PRIVADAS, os quais estão previstos no ANEXO IV do CONTRATO.

1.28. INVESTIMENTO ESTIMADO MÍNIMO – R\$ [•] ([•] de reais), calculado com base nos custos estimados necessários para a implantação dos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS mínimos previstos no ANEXO IV;

1.29. LICITAÇÃO – o procedimento licitatório disciplinado por este EDITAL, cujo objetivo consiste em selecionar, entre as propostas apresentadas, a que melhor atenda ao interesse do PODER CONCEDENTE, com base nos critérios previstos neste EDITAL;

1.30. LICITANTE – pessoa jurídica que concorre à LICITAÇÃO, isoladamente ou reunida em CONSÓRCIO.

1.31. LOTES - Lotes 1 e 2, para cada qual será celebrado 1 (um) CONTRATO DE CONCESSÃO.

1.32. LOTE 1 - Lote composto pelas seguintes áreas públicas descritas no ANEXO I do EDITAL, a serem concedidas: Trecho Norte no Km 156, pista interna, área de 43 mil m² e Trecho Oeste no Km 9+800, pista externa, área de 206 mil m².

1.33. LOTE 2 - Lote composto pelas seguintes áreas públicas descritas no ANEXO I do EDITAL, a serem concedidas: Trecho Sul no Km 38+500, pista interna (obrigatório), área de 25 mil m², Trecho Sul no Km 38+500, pista externa (opcional), área de 25 mil m² e Trecho Leste no Km 108, pista externa, área de 28 mil m².

1.34. MAIOR OFERTA – critério de julgamento desta LICITAÇÃO, correspondente ao maior valor oferecido para a OUTORGA FIXA;

1.35. MARCOS CONTRATUAIS - Conjunto de eventos iniciais, intermediários e finais, previstos no ANEXO IV para o cumprimento dos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS, bem como aqueles definidos nos PLANOS DE INVESTIMENTOS ADICIONAIS.

1.36. METODOLOGIA DE EXECUÇÃO – É o conjunto de informações técnicas e operacionais apresentado pelo LICITANTE, que demonstrará como pretende implementar os INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS objeto da presente CONCESSÃO e eventuais INVESTIMENTOS ADICIONAIS;

1.37. NEGÓCIOS ADICIONAIS - Empreendimentos Comerciais não obrigatórios, geradores de RECEITAS ACESSÓRIAS implantados pela CONCESSIONÁRIA.

1.38. NEGÓCIOS GERADORES DE RECEITA - Compreendem os NEGÓCIOS OBRIGATÓRIOS e os NEGÓCIOS ADICIONAIS.

1.39. NEGÓCIOS OBRIGATÓRIOS - Empreendimentos Comerciais geradores da RECEITA PRINCIPAL, a serem obrigatoriamente implementados e explorados pela CONCESSIONÁRIA conforme estabelecido Edital e seus Anexos.

1.40. ÔNUS DE FISCALIZAÇÃO - Valor correspondente a 1,5% (um vírgula cinco por cento) do FATURAMENTO BRUTO mensal auferido pela CONCESSIONÁRIA, excetuada a receita decorrente da comercialização de combustíveis, a ser pago mensalmente à ARTESP em função das atividades de sua competência realizadas;

1.41. ÔNUS VARIÁVEL – valor mensal variável a ser pago pela CONCESSIONÁRIA ao PODER CONCEDENTE, correspondente a 1,5% (um vírgula cinco por cento) de seu FATURAMENTO BRUTO, excetuada a receita decorrente da exploração de comercialização de combustíveis;

1.42. OUTORGA FIXA – valor que a CONCESSIONÁRIA pagará ao PODER CONCEDENTE, de acordo com o oferecido em sua PROPOSTA COMERCIAL, pelo uso e exploração do BEM PÚBLICO CONCEDIDO, respeitado o valor mínimo de R\$ [•] ([•] de reais), e sem prejuízo do pagamento do ÔNUS VARIÁVEL;

1.43. OUTORGA FIXA MÍNIMA – R\$ [•] ([•] de reais) na data base [•] de [•] para o LOTE 1 e R\$ [•] ([•] de reais) na data base [•] de [•] para o LOTE 2;

1.44. PLANO DE GARANTIAS - Documento apresentado pela CONCESSIONÁRIA como condição para assinatura do CONTRATO, contendo a relação de todas as garantias que deverão, obrigatoriamente, ser prestadas pela CONCESSIONÁRIA, como forma de assegurar, incondicionalmente, o cumprimento das obrigações assumidas no âmbito do escopo do CONTRATO DE CONCESSÃO, e que será passível de revisão, conforme o regramento do CONTRATO.

1.45. PLANO DE INVESTIMENTO OBRIGATÓRIO - Documento apresentando pela CONCESSIONÁRIA, como condição para a assinatura do CONTRATO, composto pelas obras e investimentos obrigatórios.

1.46. PLANO DE INVESTIMENTO ADICIONAL - Documento elaborado pela CONCESSIONÁRIA e submetido à ARTESP para a implementação de INVESTIMENTOS ADICIONAIS. Cada PLANO DE INVESTIMENTO ADICIONAL deverá conter o CRONOGRAMA FÍSICO-EXECUTIVO.

1.47. PLANO DE SEGUROS - Documento contendo a relação de todos os seguros de contratação obrigatória, cujas apólices deverão estar válidas e vigentes durante todo o PRAZO DA CONCESSÃO, sendo passível de revisão nos termos do CONTRATO.

1.48. PODER CONCEDENTE – o Estado de São Paulo;

1.49. PROPOSTA – o conjunto de documentos entregues por cada LICITANTE neste processo licitatório, englobando a GARANTIA DE PROPOSTA, a METODOLOGIA DE EXECUÇÃO, a PROPOSTA COMERCIAL, e os documentos para HABILITAÇÃO;

1.50. PROPOSTA COMERCIAL - proposta financeira referente ao valor da OUTORGA FIXA a ser paga pela CONCESSIONÁRIA, ofertada pelo LICITANTE, de acordo com o modelo constante no ANEXO V;

1.51. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - Documentação necessária à comprovação de habilitação técnica para contratação com a administração pública;

1.52. RECEITAS - Recursos auferidos pela CONCESSIONÁRIA decorrentes da exploração de NEGÓCIOS GERADORES DE RECEITAS nas ÁREAS EXPLORADAS, observando a legislação aplicável.

1.53. RECEITAS ACESSÓRIAS - Compreendem todas as receitas auferidas nas áreas exploradas, excluída a RECEITA PRINCIPAL e a RECEITA FINANCEIRA.

1.54. RECEITA FINANCEIRA - Os juros e valores recebidos, os descontos obtidos, o lucro na operação de reporte e o prêmio de resgate de títulos de qualquer natureza, fundos ou debêntures e os rendimentos nominais relativos a quaisquer aplicações financeiras, auferidos pela Concessionária no período de apuração.

1.55. RECEITA PRINCIPAL - Receita decorrente da exploração dos NEGÓCIOS OBRIGATÓRIOS.

1.56. SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO (SPE) – pessoa jurídica a ser constituída pelo ADJUDICATÁRIO, sob a forma de sociedade anônima, nos prazos e condições estabelecidos no EDITAL e no CONTRATO, com a finalidade de explorar o objeto da CONCESSÃO.

1.57. SUBCONTRATAÇÃO - Contratação de terceiro à conta e risco da CONCESSIONÁRIA para execução de serviços afetos à CONCESSÃO.

1.58. SUBCONTRATAÇÃO QUALIFICADA – Hipótese facultada ao LICITANTE para a comprovação da QUALIFICAÇÃO TÉCNICA para a realização de investimentos, mediante a celebração de contrato com entidade que detenha a QUALIFICAÇÃO TÉCNICA pertinente ao empreendimento, conforme requisitos definidos neste EDITAL;

1.59. TERMO DE DEVOLUÇÃO DO BEM PÚBLICO CONCEDIDO – documento emitido pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA ao término da CONCESSÃO, atestando o estado de conservação e manutenção do BEM PÚBLICO CONCEDIDO;

1.60. TERMO DE ENTREGA DO BEM PÚBLICO CONCEDIDO – documento emitido pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA, após a assinatura do CONTRATO, autorizando a sua imissão na posse do imóvel;

1.61. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO – R\$ [•] ([•] de reais) na data base [•] de [•] para o LOTE 1 e R\$ [•] ([•] de reais) na data base [•] de [•] para o LOTE 2, calculado com base nos custos estimados necessários para a implantação dos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS mínimos, previstos no ANEXO IV, e na OUTORGA FIXA MÍNIMA dos respectivos LOTES;

1.62. VISITA TÉCNICA – vistoria da área que integra o BEM PÚBLICO CONCEDIDO;

2 . DO OBJETO DA CONCESSÃO

2.1. A presente CONCESSÃO DE DIREITO DE USO E EXPLORAÇÃO DE BEM PÚBLICO terá por objeto a implantação, em ÁREAS PÚBLICAS circunscritas e lindeiras ao Rodoanel Mario Covas (SP-021) e em eventuais ÁREAS PRIVADAS ADJACENTES, de áreas de descanso para caminhoneiros e postos de abastecimento e de serviços, além de outras atividades correlatas, contemplando a autorização, à CONCESSIONÁRIA, de implantação de acessos, exclusivos para o modelo de CONCESSÃO, sendo obrigação da CONCESSIONÁRIA realizar as atividades de implantação, operação e manutenção em todas as ÁREAS EXPLORADAS.

2.2. As áreas objeto da CONCESSÃO totalizam [•] m² ([•]) para o LOTE 1 e [•] m² ([•]) para o LOTE 2, sendo delimitadas pelo perímetro descrito e detalhado no ANEXO I deste EDITAL.

2.3. O uso e a exploração do BEM PÚBLICO CONCEDIDO deverão obedecer às normas, padrões e procedimentos dispostos neste EDITAL, nos seus Anexos e no CONTRATO.

2.4. As receitas a serem auferidas pela CONCESSIONÁRIA decorrerão, dos valores auferidos em razão do uso do BEM PÚBLICO CONCEDIDO, bem como pelas receitas acessórias mencionadas no item 19 deste EDITAL.

2.5. Todos os bens imóveis ou móveis incorporados pela CONCESSIONÁRIA no BEM PÚBLICO CONCEDIDO, por acessão física ou intelectual, assim como todas as benfeitorias realizadas, ainda que úteis ou necessárias, reverterão ao patrimônio público ao final da CONCESSÃO, não sendo admitida qualquer indenização por bens móveis ou imóveis ainda não depreciados quando do termo final da CONCESSÃO.

2.5.1. Todos os bens imóveis ou móveis que venham a ser implementados nas ÁREAS PRIVADAS, relacionados a INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS, serão considerados bens reversíveis.

2.5.2. As ÁREAS PRIVADAS sobre as quais eventualmente sejam implementados INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS constituirão bens reversíveis.

2.5.3. AS ÁREAS PRIVADAS em que se realizarem INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS, deverão ser de propriedade da CONCESSIONÁRIA.

2.6. A proponente poderá apresentar propostas:

2.6.1. Para o LOTE 1 (Trecho Norte e Trecho Oeste), isoladamente.

2.6.2. Para o LOTE 2 (Trecho Sul e Trecho Leste), isoladamente.

2.6.3. Caso a LICITANTE apresente as propostas mais vantajosas para os LOTES 1 e 2, ambos os LOTES serão a ela adjudicados.

2.7. O valor estimado do CONTRATO referente ao LOTE 1 é de R\$ [] ([]) na data base de [] de 2018, correspondente ao valor do somatório dos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS, que inclui a OUTORGA FIXA, previstos no CONTRATO.

2.8. O valor estimado do CONTRATO referente ao LOTE 2 é de R\$ [] ([]) na data base de [] de 2018, correspondente ao valor do somatório dos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS, que inclui a OUTORGA FIXA, previstos no CONTRATO.

2.9. O valor do CONTRATO é uma estimativa meramente referencial, considerando apenas os itens de INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS, não podendo ser invocado pela LICITANTE para quaisquer fins, tampouco pela CONTRATADA para embasar pleitos de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.

3 . DOS REQUISITOS DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar da LICITAÇÃO empresas brasileiras, ou empresas estrangeiras devidamente autorizadas para funcionar no país, nos termos dos artigos 1.134 a 1.141 do Código Civil e do artigo 28, inciso V, da Lei Federal nº 8.666/93, fundos de investimentos, entidades de previdência privada e instituições financeiras, isoladamente ou como membro de CONSÓRCIO, desde que satisfaçam plenamente todos os termos e condições deste EDITAL.

3.1.1. Serão admitidos CONSÓRCIOS com no máximo [] ([]) empresas.

3.1.2. No CONSÓRCIO de empresas e/ou outras entidades, brasileiras e estrangeiras, a liderança caberá, obrigatoriamente, à empresa ou entidade brasileira.

3.2. Não poderão participar da LICITAÇÃO os fundos e fundações que estejam sob intervenção da Secretaria da Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social.

3.3. Não poderão participar da LICITAÇÃO empresas e/ou outras entidades cujos dirigentes, gerentes, sócios ou controladores, responsáveis técnicos ou legais, sejam dirigentes de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, que tenham sido declaradas inidôneas por ato do Poder Público, ou que estiverem impedidas de licitar ou contratar com a Administração Pública do Estado de São Paulo ou com qualquer de seus órgãos descentralizados.

3.4. Não poderão participar da LICITAÇÃO pessoa física ou jurídica que tenha participação direta ou indireta com outros LICITANTES.

3.5. Nenhuma empresa e/ou entidade poderá integrar mais de um LICITANTE, seja na forma de CONSÓRCIO, seja isoladamente.

3.6. No caso de CONSÓRCIO, será vedada a substituição da empresa líder, indicada na apresentação dos documentos para HABILITAÇÃO.

3.7. A participação na LICITAÇÃO implica na integral e incondicional aceitação de todos os termos e condições deste EDITAL.

3.8. O CONSÓRCIO somente se extinguirá após a formalização da SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO (SPE), nos termos previstos no item 16.1 e mediante expressa anuência do PODER CONCEDENTE.

4. DO PROCEDIMENTO GERAL

4.1. Esta LICITAÇÃO será processada e julgada pela Comissão Especial de Licitação, designada pela Resolução [●], de [●] de [●] de [●], obedecidas as regras gerais estabelecidas nos subitens seguintes.

4.1.1. Somente serão aceitas PROPOSTAS que abranjam a totalidade do objeto desta LICITAÇÃO.

4.1.2. O prazo de validade da proposta é de 180 (cento e oitenta) dias, podendo ser prorrogado, se as partes assim acordarem.

4.2. A GARANTIA DE PROPOSTA, a METODOLOGIA DE EXECUÇÃO, a PROPOSTA COMERCIAL e os documentos para HABILITAÇÃO, de todos os LICITANTES, serão recebidos em 04 (quatro) invólucros fechados e específicos, conforme estabelecido no Preâmbulo deste EDITAL, pela CONTRATANTE, no dia e

hora designados, e serão rubricados pelos LICITANTES credenciados que assim o desejarem.

4.2.1. Os envelopes deverão trazer a identificação do LICITANTE, e conterão, obrigatoriamente, as seguintes referências:

CONCORRÊNCIA Nº []/[] – Implantação, em ÁREAS PÚBLICAS circunscritas e lindeiras ao Rodoanel Mario Covas (SP-021) e em eventuais ÁREAS PRIVADAS ADJACENTES, de áreas de descanso para caminhoneiros e postos de abastecimento e de serviços, além de outras atividades correlatas, contemplando a autorização, à CONCESSIONÁRIA, de implantação de acessos, exclusivos para o modelo de CONCESSÃO.

VOLUME I - GARANTIA DE PROPOSTA

IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE

LOTE []

CONCORRÊNCIA Nº []/[] – Implantação, em ÁREAS PÚBLICAS circunscritas e lindeiras ao Rodoanel Mario Covas (SP-021) e em eventuais ÁREAS PRIVADAS ADJACENTES, de áreas de descanso para caminhoneiros e postos de abastecimento e de serviços, além de outras atividades correlatas, contemplando a autorização, à CONCESSIONÁRIA, de implantação de acessos, exclusivos para o modelo de CONCESSÃO.

VOLUME II - METODOLOGIA DE EXECUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE

LOTE []

CONCORRÊNCIA Nº []/[] – Implantação, em ÁREAS PÚBLICAS circunscritas e lindeiras ao Rodoanel Mario Covas (SP-021) e em eventuais ÁREAS PRIVADAS ADJACENTES, de áreas de descanso para caminhoneiros e postos de abastecimento e de serviços, além de outras atividades correlatas, contemplando a autorização, à CONCESSIONÁRIA, de implantação de acessos, exclusivos para o modelo de CONCESSÃO.

VOLUME III - PROPOSTA COMERCIAL

IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE

LOTE []

CONCORRÊNCIA Nº []/[] – Implantação, em ÁREAS PÚBLICAS circunscritas e lindeiras ao Rodoanel Mario Covas (SP-021) e em eventuais ÁREAS PRIVADAS ADJACENTES, de áreas de descanso para caminhoneiros e postos de abastecimento e de serviços, além de outras atividades correlatas,

contemplando a autorização, à CONCESSIONÁRIA, de implantação de acessos, exclusivos para o modelo de CONCESSÃO.

VOLUME IV – DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE

LOTE 

4.2.2. Somente serão admitidos envelopes entregues direta e pessoalmente por representantes dos LICITANTES, munidos de instrumento de mandato, não sendo admitida documentação ou propostas remetidas pelo correio ou por qualquer outra forma de entrega.

4.2.3. Nos dias e horas designados, a COMISSÃO realizará a sessão de abertura dos envelopes, que poderá ser assistida por qualquer pessoa, mas dela só poderão participar os representantes dos LICITANTES, credenciados por escrito, vedada a interferência de assistentes ou de quaisquer outras pessoas.

4.2.3.1. O credenciamento dos representantes dos LICITANTES, através da apresentação de Carta de Credenciamento ou Procuração (ANEXO VI), delegando-lhes poderes específicos, servirá para a representação dos LICITANTES na sessão pública de abertura dos envelopes e em todos os demais atos desta LICITAÇÃO.

4.2.3.2. É vedada a participação de uma única pessoa como representante credenciado de mais de um LICITANTE.

4.2.4. A sessão pública de abertura dos envelopes se iniciará com a abertura do VOLUME I – GARANTIA DE PROPOSTA, que será analisada nos termos do item 10 deste EDITAL, e o seu conteúdo será rubricado pelos membros da COMISSÃO e pelos LICITANTES credenciados presentes à sessão, que assim o desejarem, julgando-se inabilitados os LICITANTES que não atenderem às condições deste item.

4.2.5. Na sequência, serão abertos os envelopes do VOLUME II – METODOLOGIA DE EXECUÇÃO, nos termos do artigo 30, § 8º, da Lei Federal nº 8.666/93, dos LICITANTES que houverem apresentado GARANTIA DE PROPOSTA aceitável, e o seu conteúdo será rubricado pelos membros da COMISSÃO e pelos LICITANTES credenciados presentes à sessão, que assim o desejarem.

4.2.6. A análise da METODOLOGIA DE EXECUÇÃO seguirá o disposto no item 12 deste EDITAL e terá como objetivo a aferição do atendimento, pelos LICITANTES, de todos os requisitos técnicos mínimos para a aceitabilidade das PROPOSTAS, sendo desclassificados os LICITANTES que deixarem de cumprir qualquer dos requisitos técnicos mínimos estabelecidos.

4.2.6.1 A COMISSÃO poderá promover diligências para que o LICITANTE demonstre o cumprimento dos requisitos técnicos mínimos da METODOLOGIA DE EXECUÇÃO.

4.2.7. Após a superação da fase de análise da METODOLOGIA DE EXECUÇÃO, e anunciado o resultado pela COMISSÃO, será realizada a abertura dos envelopes contendo as PROPOSTAS COMERCIAIS somente dos LICITANTES cuja proposta de METODOLOGIA DE EXECUÇÃO houver sido classificada.

4.2.7.1. Abertos os envelopes contendo as PROPOSTAS COMERCIAIS, estas serão classificadas, do maior para o menor valor, de acordo com a quantia oferecida para a OUTORGA FIXA, sendo o conteúdo dos envelopes rubricado pelos membros da COMISSÃO e pelos LICITANTES credenciados, presentes à sessão, que assim o desejarem.

4.2.7.2. Em caso de empate entre duas ou mais PROPOSTAS COMERCIAIS, será assegurada preferência à PROPOSTA COMERCIAL apresentada por empresa brasileira, e, sucessivamente, por empresa que invista em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País, nos termos do artigo 3º, § 2º, incisos III e IV, da Lei Federal nº 8.666/93.

4.2.7.2.1. Persistindo o empate, a classificação far-se-á, obrigatoriamente, por sorteio das PROPOSTAS COMERCIAIS em idênticas condições, em ato público, nos termos do § 2º do artigo 45 da Lei Federal nº 8.666/93.

4.2.8. Anunciado o resultado pela COMISSÃO, e classificados os LICITANTES, será realizada a abertura do envelope contendo os documentos de HABILITAÇÃO somente do LICITANTE melhor classificado, cujo conteúdo será rubricado pelos membros da COMISSÃO e pelos LICITANTES credenciados, presentes à sessão, que assim o desejarem.

4.2.8.1. Após a publicação, pela COMISSÃO, de suas decisões relativas aos documentos apresentados pelos LICITANTES, ficará aberta aos LICITANTES que o solicitarem a possibilidade de examinar a respectiva documentação, de conformidade com cronograma a ser fixado pela COMISSÃO, na ARTESP, no horário das 09 às 12 HORAS, não excedendo a 2 (duas) LICITANTES por dia.

4.2.9. A sessão pública de abertura dos envelopes poderá ser realizada, integralmente, em uma mesma data, desde que todos os LICITANTES desistam da interposição de recursos, ou em datas distintas, quando houver interesse na interposição de recursos ou a complexidade da matéria assim o determinar.

4.2.9.1. Na hipótese de designação de nova data para a continuidade da sessão pública de abertura dos envelopes, o resultado será divulgado por meio de aviso publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo – DOE, e no site da ARTESP.

4.2.9.2. Em tais hipóteses, os envelopes ainda não abertos serão lacrados e rubricados pela COMISSÃO e por todos os LICITANTES que assim o desejarem, ficando sob a guarda da COMISSÃO para serem abertos em data a ser oportunamente definida.

4.2.10. Caso o LICITANTE melhor classificado não atenda às disposições deste EDITAL quanto à HABILITAÇÃO, suceder-se-á novamente o procedimento previsto no subitem 4.2.8., com relação à documentação do LICITANTE com PROPOSTA COMERCIAL classificada em segundo lugar, e assim sucessivamente.

4.2.11. Serão lavradas atas de todas as sessões deste processo licitatório que, após lidas em voz alta e aprovadas, deverão ser assinadas por todos os membros da COMISSÃO e representantes dos LICITANTES credenciados, que assim o desejarem, de modo a tomarem ciência das condições de prosseguimento da LICITAÇÃO.

4.2.12. As PROPOSTAS, bem como toda a correspondência, documentos e informações relativos aos procedimentos da LICITAÇÃO, deverão estar redigidos em português.

4.2.13. Quaisquer documentos, relativos aos procedimentos da LICITAÇÃO, redigidos em idioma estrangeiro, deverão estar acompanhados de tradução feita por tradutor juramentado e devidamente notariados e consularizados.

4.2.13.1. No caso de divergência entre PROPOSTA ou documento no idioma original e a tradução, prevalecerá o texto traduzido.

4.2.13.2. Não será exigida a tradução de catálogos e publicações.

4.2.14. Toda a documentação que os LICITANTES apresentarem em forma impressa, para a GARANTIA DE PROPOSTA (VOLUME I), METODOLOGIA DE EXECUÇÃO (VOLUME II), PROPOSTA COMERCIAL (VOLUME III) e HABILITAÇÃO (VOLUME IV), deverá ser reproduzida, também, em cópia fiel, em meio magnético, em arquivos padrão PDF (Adobe Acrobat), atendidas as seguintes especificações:

- a. Digitalizar as imagens com no máximo 300 DPI;
- b. Limpar as imagens digitalizadas (bordas, fundos, sombras etc.) antes de gerar o arquivo matriz;
- c. As imagens devem ser inseridas e não coladas no arquivo matriz;
- d. Não utilizar imagens desnecessárias no arquivo, ou seja, aquelas que não fazem parte do escopo da LICITAÇÃO;

- 4.2.16. Quando existentes, os modelos constantes deste EDITAL deverão ser obedecidos, para efeito de padronização.

5. DOS RECURSOS

5.1. Eventuais recursos cabíveis, em conformidade com o artigo 109 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, deverão ser endereçados à COMISSÃO no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da intimação da decisão da qual se recorre.

5.2. Os LICITANTES serão comunicados da interposição de recurso por meio de publicação na Imprensa Oficial.

5.2.1. Uma vez publicado na imprensa oficial o comunicado acerca da interposição de recurso, os LICITANTES terão o prazo de até 5 (cinco) dias úteis para apresentar as respectivas impugnações, em conformidade com o § 3º, do Artigo 109, da Lei 8.666/93.

5.2.2. A retratação da autoridade, realizada de ofício, que importe em situação prejudicial a algum dos LICITANTES, reabrirá a fase recursal apenas no tocante à questão nova aduzida.

5.3. O recurso, subscrito por representante legal ou procurador com poderes específicos ou por pessoa credenciada, deverá ser protocolado na ARTESP, situada na Rua Iguatemi, 105 – Itaim Bibi – São Paulo - SP.

6. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

6.1. Caso quaisquer interessados necessitem de esclarecimentos ou informações complementares a respeito da LICITAÇÃO, deverão solicitá-los até 20 (vinte) dias antes da data fixada para a sessão pública de abertura do certame, enviando a solicitação por escrito, bem como via e-mail: [novasconcessoes@artesp.sp.gov.br](mailto: novasconcessoes@artesp.sp.gov.br) ao presidente da COMISSÃO, na sede da ARTESP, situada na Rua Iguatemi, 105 – Itaim Bibi – São Paulo - SP, até às 17:30 horas do dia [●]/[●]/[●], identificando o item ao qual se refere a solicitação de esclarecimento.

6.1.1. Não serão respondidas questões que não digam respeito à presente LICITAÇÃO, ou que tenham sido formuladas de forma distinta da estabelecida no item 6.1.

6.2. As respostas aos esclarecimentos solicitados conforme o subitem 6.1 acima serão apresentadas até 10 (dez) dias antes da data fixada para a sessão pública de abertura do certame, e disponibilizadas a todos os interessados, por meio eletrônico, no site da ARTESP (www.artesp.sp.gov.br), sem identificação do responsável pela solicitação de esclarecimentos.

7. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL



7.1. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar este EDITAL, devendo protocolar seu pedido de impugnação perante a COMISSÃO até 5 (cinco) dias úteis antes da data estabelecida para a sessão pública de entrega dos envelopes, sob pena de decadência do direito, devendo a COMISSÃO julgar e responder às eventuais impugnações em até 3 (três) dias úteis.

7.2. Decairá do direito de impugnar os termos do presente EDITAL, na forma do artigo 41, § 2º, da Lei 8.666/93, o LICITANTE que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder à data estabelecida para a sessão pública de entrega dos envelopes.

7.3. As impugnações ao EDITAL deverão ser protocoladas, dentro do prazo legal, na ARTESP – Protocolo da Autarquia situado à Rua Iguatemi, 105 – Térreo – Itaim Bibi – São Paulo - SP, no horário ininterrupto das 09:00 às 17:30.

8. VISITA TÉCNICA

8.1 Os interessados em participar desta LICITAÇÃO deverão visitar a(s) área(s) a ser(em) concedida(s), com as delimitações constantes do ANEXO I, onde poderão ser apreendidas especificidades do objeto da presente LICITAÇÃO, com o objetivo de permitir a verificação das condições locais, para avaliação própria da quantidade e natureza dos trabalhos, materiais e equipamentos necessários à realização do objeto da CONCESSÃO, forma e condições de suprimento, meios de acesso ao local e obtenção de quaisquer outros dados que julgarem necessários para preparação da sua PROPOSTA, bem como para a adequada exploração da CONCESSÃO.

8.1.1. Poderão ser feitas tantas vistorias quanto cada interessado considerar necessário, desde que previamente autorizada pela CONTRATANTE. Todavia a primeira vistoria será conjunta e oficial; para tanto, os representantes credenciados dos interessados deverão apresentar-se no local, na data e hora a serem estabelecidos pela ARTESP, no horário compreendido entre  e  horas.

8.1.2 A VISITA TÉCNICA tem como objetivo exclusivo o de permitir aos interessados colher os subsídios técnicos tidos por necessários à elaboração da PROPOSTA, de acordo com o que o próprio interessado julgar conveniente, de maneira que não caberá nenhuma responsabilidade ao PODER CONCEDENTE em função de insuficiência dos dados levantados por ocasião da VISITA TÉCNICA.

8.1.3. Competirá a cada interessado, quando da VISITA TÉCNICA, fazer-se acompanhar dos técnicos e especialistas que entender suficientes para colher as informações necessárias à elaboração da PROPOSTA, não sendo admitida a

exigência de qualquer informação adicional por parte do PODER CONCEDENTE ou de seus servidores.

8.1.4. As prospecções, investigações técnicas, ou quaisquer outros procedimentos que impliquem em interferências no imóvel deverão ser previamente informadas ao PODER CONCEDENTE.

8.1.5. Todas as vistorias deverão ser prévia e obrigatoriamente programadas com a ARTESP.

8.2 Novas datas poderão ser agendadas mediante solicitação de qualquer interessado, por escrito e devidamente justificada.

8.3. Ao final da vistoria oficial, a ARTESP fornecerá aos representantes credenciados dos LICITANTES o Atestado de Vistoria, conforme a minuta constante do ANEXO VII, que fará parte do envelope contendo os documentos para HABILITAÇÃO.

8.4. A CONTRATANTE considerará que as PROPOSTAS apresentadas foram elaboradas com perfeito conhecimento do imóvel a ser concedido, não podendo a CONCESSIONÁRIA, em hipótese alguma, pleitear modificações nos preços, prazos, ou condições do CONTRATO, ou alegar qualquer prejuízo ou reivindicar qualquer benefício, sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o mesmo.

9. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

9.1. Os LICITANTES são responsáveis pela análise direta das condições dos locais para a implementação do objeto desta CONCESSÃO e de todos os dados e informações sobre a exploração da CONCESSÃO.

9.2. As informações, estudos, pesquisas, investigações, levantamentos, projetos, planilhas e demais documentos ou dados disponibilizados pelo PODER CONCEDENTE, foram realizados e obtidos para fins exclusivos de referência da CONCESSÃO, não apresentando qualquer caráter vinculativo ou qualquer efeito do ponto de vista da responsabilidade do PODER CONCEDENTE ou da ARTESP perante os LICITANTES ou perante a futura CONCESSIONÁRIA.

9.3. Os LICITANTES são responsáveis pelo exame de todas as instruções, condições, exigências, leis, decretos, normas, especificações e regulamentações aplicáveis à concorrência e à CONCESSÃO.

9.4. Os LICITANTES arcarão com os respectivos custos e despesas que incorrerem para a realização de estudos, investigações, levantamentos, projetos e investimentos, relacionados à concorrência ou ao processo de contratação.

CAPÍTULO II – DA DOCUMENTAÇÃO

10. DA GARANTIA DE PROPOSTA

10.1. O LICITANTE deverá apresentar a GARANTIA DE PROPOSTA nas condições previstas no item 4.2 deste EDITAL, obedecendo aos seguintes termos:

10.1.1. Cópia do comprovante de prestação da GARANTIA DE PROPOSTA (BID/BOND), no valor correspondente a:

(i) R\$ [●] ([●]), na data-base de [●] de 2018, para o LOTE 1; e

(ii) R\$ [●] ([●]), na data-base de [●] de 2018, para o LOTE 2.

10.1.1.1. A GARANTIA DE PROPOSTA deverá ter prazo mínimo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de sua apresentação.

10.1.2. A garantia deverá ser apresentada em qualquer das modalidades previstas no artigo 51, parágrafo 1º, da Lei Estadual nº 6.544/89.

10.1.3. Em caso de CONSÓRCIO, aceitar-se-á a GARANTIA DE PROPOSTA à proporção da participação de cada empresa consorciada e na modalidade por ela eleita, sendo que a soma das respectivas cauções deverá corresponder ao valor estabelecido no subitem 10.1.1. deste EDITAL.

10.1.4. A GARANTIA DE PROPOSTA apresentada na modalidade de fiança bancária deverá seguir o modelo constante do ANEXO VIII, e com seu valor expresso em Reais, contendo assinatura dos administradores da sociedade emitente, bem como comprovação dos respectivos poderes para representação;

10.1.5. Caso o prazo de validade da GARANTIA DE PROPOSTA se expire antes da assinatura do CONTRATO, o PODER CONCEDENTE poderá solicitar sua renovação, às expensas do LICITANTE, caso em que a manutenção das condições de HABILITAÇÃO do LICITANTE ficará condicionada à regular renovação da respectiva GARANTIA DE PROPOSTA.

10.2. A GARANTIA DE PROPOSTA será devolvida nas seguintes condições:

10.2.1. Ao LICITANTE declarado vencedor e aos demais LICITANTES, em até 15 (quinze) dias após a data da assinatura do CONTRATO;

10.2.2. Na hipótese de anulação ou revogação da LICITAÇÃO, em até 5 (cinco) dias após a publicação do respectivo ato no Diário Oficial do Estado.

10.3. As GARANTIAS DE PROPOSTA deverão ser exequíveis nas hipóteses de inadimplemento total ou parcial, por parte dos LICITANTES, das obrigações por eles assumidas em virtude de sua participação na LICITAÇÃO, sem prejuízo das demais penalidades previstas no EDITAL ou na legislação aplicável.

10.3.1. A GARANTIA DE PROPOSTA também responderá pelas penalidades devidas pelos LICITANTES durante a LICITAÇÃO e até a data da assinatura do CONTRATO.

10.4. É vedada qualquer modificação nos termos e condições da GARANTIA DE PROPOSTA.

10.5. Caso o LICITANTE incorra em uma das hipóteses abaixo previstas, sofrerá uma penalidade de multa correspondente ao valor integral da GARANTIA DE PROPOSTA, a qual será executada para fins de recebimento daquela:

10.5.1. Se o LICITANTE retirar sua PROPOSTA durante o período de validade da mesma;

10.5.2. Se o LICITANTE vencedor, quando convocado, não comparecer, ou se recusar a assinar o CONTRATO dentro do prazo estabelecido, exceção feita às situações em que o fato decorrer de culpa exclusiva do PODER CONCEDENTE.

11. DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

11.1. Será inabilitado o LICITANTE que, na data da entrega dos documentos para HABILITAÇÃO:

- I. Não satisfizer as condições estabelecidas no presente EDITAL;
- II. Tiver sido declarado inidôneo por ato do Poder Público;
- III. Estiver impedido ou suspenso de licitar e contratar com a Administração Pública ou qualquer de seus entes descentralizados;
- IV. Estiver sob processo de concordata, falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial.

11.2. O envelope correspondente ao VOLUME IV – Documentos para HABILITAÇÃO, entregue devidamente fechado, opaco e inviolado, numerado e assinado no seu fecho, na sessão pública de abertura desta LICITAÇÃO, deverá obedecer ao padrão estabelecido no item 4.2.1 deste EDITAL, e deverá conter, em

1 (uma) via, todas as informações e os documentos especificados no item 11.3, na forma e condições ali estabelecidos, da seguinte forma:

- a) Índice;
- b) Documentação relativa a habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal e trabalhista, e qualificação técnica; e
- c) Declarações exigidas no item 11.3.6 e seguintes deste EDITAL.

11.3. Os documentos para HABILITAÇÃO deverão ser apresentados da seguinte forma:

11.3.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA:

I. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social, em vigor, devidamente arquivados no registro competente, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhados de documentos de eleição dos seus administradores;

II. Inscrição ou registro do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, fundações ou fundos, acompanhada da ata que elegeu a Diretoria ou a Administração em exercício;

III. Em se tratando de CONSÓRCIO, compromisso público ou particular de constituição do consórcio, obedecidos os requisitos de participação de que trata este EDITAL;

IV. Decreto de autorização, devidamente arquivado, no caso de empresa estrangeira em funcionamento no país;

V. No caso de entidades privadas de previdência complementar, declaração de que os planos de benefícios por elas administrados não estão em liquidação ou sob intervenção da Secretaria da Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social.

11.3.2. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

I. Prova do respectivo patrimônio líquido, nos montantes definidos nos subitens 11.3.2.1 e 11.3.2.2, sendo que para as Entidades Fechadas de Previdência Complementar, considerando as normas legais vigentes, considerar-se-á o somatório das contas do Passivo do Exigível Atuarial e das Reservas e dos Fundos;

II. Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras, do último exercício, já exigíveis e apresentadas na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira do LICITANTE, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;

III. Certidão negativa de falência ou concordata ou certidão de recuperação judicial ou extrajudicial, com data não superior a 180 (cento e oitenta) dias da apresentação dos documentos para HABILITAÇÃO, expedida pelo distribuidor forense da sede do LICITANTE;

IV. Para Sociedade Simples ou outras que não se enquadrem no item acima, certidão expedida pelo Distribuidor Judicial das Varas Cíveis em geral (Execução Patrimonial) da Comarca onde a empresa está sediada, em São Paulo denominada “Certidão de Ações Cíveis e de Família, exceto Executivos Fiscais”, datada de, no máximo, 180 (cento e oitenta) dias da apresentação dos documentos para HABILITAÇÃO.

11.3.2.1. A empresa isolada deverá ter, na data da apresentação dos documentos para HABILITAÇÃO, patrimônio líquido, de, no mínimo, R\$ [] ([] reais), referente ao último exercício fiscal, correspondente a []% ([] por cento) do VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO.

11.3.2.2. No caso de CONSÓRCIO, o valor do patrimônio líquido a ser comprovado pela soma dos patrimônios líquidos das empresas que o compõem, na proporção de suas respectivas participações, é de no mínimo R\$ [] ([] reais), correspondente a []% ([] por cento) do VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO.

11.3.2.3. No caso de CONSÓRCIO, o cálculo a que se refere o item 11.3.2.2. deverá ser efetuado isoladamente para cada um dos seus membros.

11.3.2.4. Para empresas sediadas no exterior e para as sociedades civis, fundos e fundações, admitir-se-ão documentos equivalentes, no que couber.

11.3.2.5. Em havendo qualquer ação judicial distribuída, o LICITANTE deverá apresentar a certidão atualizada que aponte a situação do processo.

11.3.3. REGULARIDADE FISCAL:

I. Certidão Negativa de Débitos perante o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), consistente na Certidão Negativa, ou Positiva com Efeito de Negativa, de Débito, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;

II. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), nos moldes da Instrução Normativa RFB nº 1.183/11;

III. Prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal, se houver, relativo à sede ou ao domicílio do LICITANTE, na forma da lei;

IV. Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;

V. Prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal da sede ou do domicílio do LICITANTE;

VI. Certificado de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.

11.3.3.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal do LICITANTE deverão ser apresentados dentro de seu prazo de validade, sendo aceitos, à ausência de indicação expressa de validade, os emitidos até 180 (cento e oitenta) dias anteriores à apresentação dos documentos para HABILITAÇÃO.

11.3.4. REGULARIDADE TRABALHISTA:

I. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, consistente na Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do artigo 29, inciso V da Lei nº 8.666/93.

11.3.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

11.3.5.1. A LICITANTE, para fins de comprovação das condições técnicas necessárias deverá apresentar atestados técnicos que comprovem as experiências abaixo solicitadas:

11.3.5.1.1. Projetos Funcionais e Executivos.

- a) Elaboração de estudos e projetos de segurança viária (acessos), comprovando no mínimo 03 (três) projetos similares;
- b) Elaboração de estudos e projetos de terraplenagem, comprovando no mínimo 03 (três) projetos similares;
- c) Elaboração de estudos e projetos de pavimentação, comprovando no mínimo 03 (três) projetos similares;
- d) Elaboração de estudos e projetos de obras de arte especial (se previsto no projeto de implantação de acesso do proponente), comprovando no mínimo 03 (três) projetos similares;
- e) Processos de obtenção de licenciamento ambiental de obras com dimensões e características semelhantes ao objeto desta LICITAÇÃO, comprovando no mínimo a atuação em 03 (três) processos similares.

11.3.5.1.2. Edificações

- a) Elaboração de estudos e projetos de edificações, comprovando no mínimo de 03 (três) projetos similares;
- b) Realização de serviços de execução de obras, comprovando no mínimo 03 (três) projetos similares.

Todas as edificações dos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS e ADICIONAIS (quando houver) deverão atender às normas técnicas vigentes e deverão ser acompanhadas integralmente por profissional responsável, devidamente identificado e registrado nos órgãos da classe: CREA – Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura / CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo.

11.3.5.1.3. Postos de Serviços

- a) Elaboração de estudos e projetos de postos de serviços e de abastecimento de combustíveis, comprovando no mínimo a realização de 03 (três) projetos similares;
- b) Implantação de postos de serviços com equipamentos para abastecimento de combustíveis, comprovando no mínimo a realização de 03 (três) projetos similares;
- c) Operação de postos de serviços com abastecimento de combustíveis por no mínimo 05 (cinco) anos, nos últimos 10 (dez) anos. A comprovação se dará através de contrato social e registros de atividades perante os órgãos competentes.

11.3.5.1.4. Restaurante

- a) Operação de restaurantes / serviços de alimentação por no mínimo 05 (cinco) anos, nos últimos 10 (dez) anos. A comprovação se dará através de contrato social e registros de atividades perante os órgãos competentes.

11.3.5.2. As experiências exigidas no item 11.3.5 poderão ser comprovadas pelo LICITANTE por meio de atestados ou certidões próprios ou emitidos em nome de empresa controlada, controladora, coligada e/ou empresas sob controle comum do Licitante, direta ou indiretamente, desde que a situação (de sociedade controlada, controladora, coligada e/ou empresas sob controle comum, direta ou indiretamente) seja devidamente comprovada e vigore desde data anterior à da publicação do presente Edital, ou em nome de profissional(is) ou sociedade(s) a ser(em) subcontratada(s) pelo Licitante, por meio do processo de subcontratação qualificada, sendo que a formalização da relação de subcontratação deverá ser comprovada antes da assinatura do Contrato.

11.3.5.2.1. Na hipótese de uso da faculdade apontada no subitem 11.3.5.2., o uso de atestados ou certidões de terceiros deverá ainda vir acompanhado de carta(s) ou contrato(s) de intenção assinado(s) pela(s) empresa(s) diretamente detentora(s) das Condições Técnicas, indicando que esta assumirá a obrigação de participar da CONCESSÃO, previamente ao início do investimento a que se refere.

11.3.5.2.1.1. A CONCESSIONÁRIA poderá alterar a subcontratada mencionada no subitem 11.3.5.2., previamente ao início dos investimentos, contanto que preenchidos os mesmos requisitos exigidos neste item 11.3.5.

11.3.5.3. No caso de alterações societárias e de fusão, incorporação ou cisão de empresas, os atestados somente serão considerados se acompanhados de prova documental e inequívoca da transferência definitiva de acervo técnico.

11.3.5.3.1. Não serão considerados válidos quaisquer outros atestados que não sejam decorrentes dos eventos societários acima destacados.

11.3.5.4. A conformidade dos atestados poderá ser confirmada por meio de diligência, sendo que na sua desconformidade, quando não permitir a comprovação da habilitação exigida, a LICITANTE ficará impedida de celebrar o contrato, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

11.3.5.5. As certidões e/ou atestados de aptidão apresentados para fins de comprovação dos requisitos aqui previstos deverão conter, sem a elas se limitar, as seguintes informações: (i) Objeto; (ii) Características das atividades e serviços desenvolvidos; (iii) Valor total do empreendimento e percentual de participação da empresa; (iv) Datas de início e de término da realização das atividades e serviços; (v) Datas de início e término da participação da empresa no consórcio, quando o atestado tiver sido emitido em nome de consórcio; (vi) Descrição das atividades exercidas no consórcio, quando o atestado tiver sido emitido em nome de consórcio; (vii) Local da realização das atividades e serviços; (viii) Razão social do emitente; e (ix) Nome e identificação do signatário.

11.3.5.6. Os atestados relacionados à operação de postos de serviços e abastecimento e restaurantes poderão referir-se a contratos em andamento, desde que as características técnicas do objeto já realizado sejam compatíveis com o objeto desta licitação.

11.3.6. OUTRAS DECLARAÇÕES:

I. Declaração de situação regular perante o Ministério do Trabalho – comprovação de situação regular perante o Ministério do Trabalho a que se refere o inciso VI do Artigo 27 da Lei Estadual nº 6.544, de 22 de novembro de 1.989, acrescentado pelo artigo 2º da Lei Estadual 9.797, de 07 de outubro de 1.997, consistente na apresentação de Declaração elaborada conforme o modelo constante do ANEXO IX.

II. Declaração de atendimento à Lei Estadual nº 10.218/99 – comprovação de situação de regularidade com relação ao disposto na Lei Estadual nº 10.218/99, consistente na apresentação da Declaração elaborada conforme o modelo constante do ANEXO X.

III. Declaração de atendimento à Constituição do Estado de São Paulo - comprovação de situação regular perante o Ministério do Trabalho a que se refere o

§ único do artigo 117 da Constituição do Estado de São Paulo, consistente na apresentação da Declaração elaborada conforme modelo constante do ANEXO XI.

IV. Caso o LICITANTE opte pela SUBCONTRATAÇÃO prevista nos itens 15.2.IV e/ou 15.2.V, deverá apresentar declaração, conforme modelo constante do ANEXO XII, comprometendo-se a, no momento da CONTRATAÇÃO, ter firmado os contratos de SUBCONTRATAÇÃO e ter apresentado os atestados que comprovem as suas qualificações técnicas, nos termos do item 11.3.5.;

V. Declaração de ciência de que a existência de registro no CADIN ESTADUAL impede relacionamento contratual com o PODER CONCEDENTE, nos termos da Lei Estadual nº 12.799/08, elaborada conforme modelo constante do ANEXO XIII;

VI. Declaração de que na execução dos serviços licitados, serão utilizados apenas produtos e subprodutos de madeira de origem exótica, ou produtos e subprodutos listados no artigo 1º do Decreto Estadual nº 53.047/08, adquiridos de pessoa jurídica devidamente cadastrada do CADMADEIRA, elaborada conforme modelo constante do ANEXO XX.

11.3.7. Os documentos para HABILITAÇÃO deverão estar capeados por declaração do LICITANTE, elaborada conforme modelo constante do ANEXO XIV de que:

- a) não infringe o disposto nos itens 3.2, 3.3, 3.4 e 11.1, incisos II, III e IV, deste EDITAL;
- b) responde pela veracidade dos documentos de HABILITAÇÃO apresentados;
- c) no caso de vencer a LICITAÇÃO, se compromete a atender os termos fixados neste EDITAL, em particular a obrigação de constituir-se, após a celebração do contrato, em SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO (SPE), nos termos previstos no item 16.1 deste EDITAL.

11.3.7.1. No caso de CONSÓRCIO, a declaração a que se refere este item deverá ser firmada por representantes legais de todos os seus membros.

11.3.8. Serão inabilitados os LICITANTES que não comprovarem possuir as condições necessárias para habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação econômico-financeira, qualificação técnica, bem como não apresentarem as declarações exigidas nos itens 11.3.6, 11.3.7, 11.3.9, 11.3.11, 11.3.12 e 11.3.13, ou descumprirem quaisquer das exigências previstas neste Capítulo.

11.3.9. No caso de CONSÓRCIO, é exigido que:

- I. Não se constitua em pessoa jurídica antes do julgamento da LICITAÇÃO;
- II. Apresente os termos do compromisso público ou particular de sua constituição, que deverá conter, dentre outros dispositivos, declaração expressa:
- a) de que os consorciados responderão, em conjunto ou isoladamente, por todos os atos praticados pelo CONSÓRCIO que compuserem, tanto na fase de LICITAÇÃO quanto na fase de execução do CONTRATO que vier a ser firmado;
 - b) de que não poderá ter sua composição ou constituição alterada ou sob qualquer forma modificada, sem prévia e expressa autorização do PODER CONCEDENTE;
 - c) definindo o percentual de participação de cada um dos consorciados, os objetivos e a organização do CONSÓRCIO;
 - d) indicando o percentual de participação de cada empresa consorciada no capital da futura SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO (SPE), a ser criada nos termos do item 16.1 deste EDITAL;
 - d1) o percentual de participação de cada empresa consorciada no capital da SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO (SPE) deverá ser idêntico àquele previsto no CONSÓRCIO.
- III. Indique a empresa líder, única representante legal do CONSÓRCIO, com quem o PODER CONCEDENTE manterá entendimentos, em nome de todas as empresas consorciadas, quer para fins desta LICITAÇÃO, quer na execução do CONTRATO, com plenos poderes para receber notificações, intimações e/ou citações quanto aos assuntos relacionados ao CONTRATO;
- IV. A empresa líder seja necessariamente aquela indicada no compromisso de constituição do CONSÓRCIO;
- V. Apresente procuração dos membros do CONSÓRCIO outorgando à empresa líder poderes para representá-los nesta LICITAÇÃO.
- 11.3.10. Cada uma das empresas do CONSÓRCIO deverá apresentar a documentação exigida nos subitens 11.3.1., 11.3.2., 11.3.3., 11.3.4. e 11.3.6. deste EDITAL;
- 11.3.11. Se o LICITANTE for instituição financeira, deverá apresentar, além dos documentos já referidos para habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal, regularidade trabalhista e qualificação técnica, comprovação da autorização de funcionamento como instituição financeira, emitida pelo Banco Central do Brasil.

11.3.12. Se o LICITANTE for entidade aberta ou fechada de previdência complementar, deverá apresentar, além dos documentos já referidos para habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal, regularidade trabalhista e qualificação técnica, comprovante de autorização expressa e específica quanto à constituição e funcionamento da entidade de previdência complementar, concedida pelo órgão fiscalizador competente, e declaração de que os planos e benefícios por ela administrados não se encontram sob liquidação ou intervenção do órgão fiscalizador competente.

11.3.13. Se o LICITANTE for fundo de investimento, deverá apresentar, além dos documentos já referidos para habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal, regularidade trabalhista e qualificação técnica, os seguintes documentos:

- a) Ato constitutivo com última alteração arquivada perante o órgão competente;
- b) Prova de contratação de gestor, se houver, bem como de eleição do administrador em exercício;
- c) Comprovante de registro do fundo de investimento na Comissão de Valores Mobiliários – CVM;
- d) Regulamento do fundo de investimento, e suas posteriores alterações, se houver;
- e) Comprovante de registro do regulamento do fundo de investimento perante o Registro de Títulos e Documentos competente;
- f) Comprovação de que o fundo de investimento encontra-se devidamente autorizado a participar da LICITAÇÃO e de que o seu administrador pode representá-lo em todos os atos e para todos os efeitos da LICITAÇÃO, assumindo, em nome do fundo de investimento, todas as obrigações e direitos que dela decorrerem; e
- g) Comprovante de qualificação do administrador e, se houver, do gestor do fundo de investimento, perante a CVM;
- h) Comprovação de inexistência de débitos do administrador perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- i) Certidão negativa de falência da administradora do fundo, expedida pelo(s) cartório(s) de distribuição da sede da(s) mesma(s), com data de até 60 (sessenta) dias anteriores à Data para Recebimento dos Envelopes.

11.3.14. A COMISSÃO, ou qualquer representante por ela designado, poderá, a qualquer tempo, solicitar maiores esclarecimentos e comprovação dos documentos

apresentados, bem como realizar visitas às instalações do LICITANTE e aos locais onde tenha executado serviços similares aos do objeto desta LICITAÇÃO.

11.3.15. À critério da COMISSÃO, admitir-se-á o saneamento de falhas, desde que os elementos faltantes possam ser apresentados no prazo máximo de 3 (três) dias, sob pena de inabilitação do LICITANTE, conforme previsto no § 5º do art. 40 da Lei 6.544/89, com a redação dada pela Lei 13.121/2008.

11.3.15.1. Os documentos que poderão ser juntados no prazo a que se refere o item

11.3.15 são aqueles cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente e demonstrada na data de apresentação da PROPOSTA.

11.3.16. Os casos omissos serão resolvidos pela COMISSÃO.

12. DA METODOLOGIA DE EXECUÇÃO

12.1. Em razão do objeto da LICITAÇÃO, cada LICITANTE deverá apresentar a sua METODOLOGIA DE EXECUÇÃO, que a COMISSÃO avaliará, para o efeito de sua aceitação ou não, nos termos do item 12.4 deste EDITAL.

12.2. O envelope correspondente ao VOLUME II – METODOLOGIA DE EXECUÇÃO, entregue devidamente fechado, opaco e inviolado, numerado e assinado no seu fecho, na sessão pública de abertura desta LICITAÇÃO, deverá obedecer ao padrão estabelecido no item 4.2.1 deste EDITAL, e de acordo com as diretrizes previstas neste item 12 do EDITAL, sendo apresentado em uma via impressa, numerada e rubricada pelo LICITANTE, e em meio magnético, contendo os seguintes documentos:

- a) Índice;
- b) Pré-Projeto de ocupação do BEM PÚBLICO CONCEDIDO e eventualmente ÁREA PRIVADA, em conformidade com todos os requisitos estabelecidos no ANEXO IV, contemplando no mínimo:
 - Memorial Descritivo e Planta(s) Geral(ais) dos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS e eventuais INVESTIMENTOS ADICIONAIS, inclusive ACESSO;
 - Cronograma de Barras do tipo Gantt, apresentando as etapas de implantação do empreendimento, desde a data de início de vigência do contrato até o término das atividades;
 - Plano de mitigação dos eventuais impactos ambientais provocados pelas obras;
 - Adoção de sistema construtivo ambientalmente sustentável.

c) Diretrizes de Operação dos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS e eventuais INVESTIMENTOS ADICIONAIS, de acordo com os requisitos estabelecidos no ANEXO IV, contemplando no mínimo:

- Resumo da proposta do Plano de Segurança;
- Resumo da proposta do Plano de Gestão da Qualidade;
- Plano de Manutenção de toda a infraestrutura;
- Plano de limpeza, coleta e remoção e tratamento do lixo;
- Plano de mitigação dos impactos ambientais durante a operação;
- Plano de atendimento de primeiros socorros;
- Plano de Segurança Patrimonial e Vigilância;

12.2.1. O envelope correspondente ao VOLUME II – METODOLOGIA DE EXECUÇÃO deverá conter, também, em uma via, além de todas as informações, descrições e documentos mencionados no item 12.1 deste EDITAL, declaração elaborada conforme o modelo constante do ANEXO XV de que:

a) Autoriza a ARTESP a proceder diligências visando à comprovação das informações prestadas pelo LICITANTE;

b) Responderá pela veracidade de todas as informações constantes da METODOLOGIA DE EXECUÇÃO, respectivos documentos e propostas apresentados;

c) Realizou todas as vistorias que considerou necessárias e que dispôs dos elementos suficientes à elaboração da sua PROPOSTA.

d) Compromisso de, no caso de vencer a LICITAÇÃO, atender aos termos fixados neste EDITAL e na METODOLOGIA DE EXECUÇÃO.

12.3. Na sua METODOLOGIA DE EXECUÇÃO o LICITANTE deverá demonstrar a proposta de ocupação do BEM PÚBLICO CONCEDIDO e eventualmente ÁREA PRIVADA, indicando a localização das benfeitorias a serem incorporadas, suas especificações técnicas e a forma de operação das atividades econômicas a serem desenvolvidas, descrevendo as metodologias e tecnologias que se propõe a empregar, durante todo o período da CONCESSÃO, nas fases de construção, conservação e operação dos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS e eventuais INVESTIMENTOS ADICIONAIS, nos termos indicados no ANEXO IV.

12.4. A CONCESSIONÁRIA está obrigada a executar, com as especificações mínimas e prazos previstos no ANEXO IV do EDITAL, os INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS.

12.5. Os requisitos técnicos mínimos, referentes aos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS, estão descritos no ANEXO IV e constituem os critérios objetivos

para aceitação ou rejeição da METODOLOGIA DE EXECUÇÃO, observadas as condições deste item 12.

12.5.1. Respeitados os requisitos mínimos previstos no ANEXO IV, o LICITANTE poderá prever, em sua METODOLOGIA DE EXECUÇÃO, a forma como utilizará a área restante do BEM PÚBLICO CONCEDIDO e eventualmente ÁREA PRIVADA, conforme o seu exclusivo interesse, desde que tais atividades sejam compatíveis com o uso previsto nesta CONCESSÃO, com as posturas municipais que regem a matéria, e não violem as vedações previstas no ANEXO IV e no CONTRATO.

12.6. As descrições das metodologias de execução e tecnologias, para a execução do objeto da CONCESSÃO, deverão abranger todo o prazo de CONCESSÃO, sem prejuízo de posteriores alterações decorrentes de inovações tecnológicas ou melhorias de eficiência.

12.7. A METODOLOGIA DE EXECUÇÃO deverá considerar o atendimento das exigências decorrentes da legislação ambiental, do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo – CONDEPHAAT.

12.11. A COMISSÃO avaliará e julgará as METODOLOGIAS DE EXECUÇÃO apresentadas por todos os LICITANTES, sendo desclassificados os LICITANTES cuja METODOLOGIA DE EXECUÇÃO não atender a qualquer dos requisitos previstos no ANEXO IV.

12.12. Será igualmente desclassificado o LICITANTE cuja METODOLOGIA DE EXECUÇÃO:

- a) não atenda aos requisitos do ANEXO IV;
- b) não venha acompanhada dos documentos exigidos nos itens 12.2 e 12.2.1;
- c) não tenha sido assinada por pessoa legalmente habilitada;
- d) não esteja redigida em português, à exceção do subitem 4.2.12.;
- e) apresente dados divergentes ou incompatíveis entre si e com os apresentados na PROPOSTA COMERCIAL.

13. DA PROPOSTA COMERCIAL

13.1. O envelope correspondente ao VOLUME III – PROPOSTA COMERCIAL, entregue devidamente fechado, opaco e inviolado, numerado e assinado no seu fecho, na sessão pública de abertura desta LICITAÇÃO, deverá obedecer ao padrão estabelecido no item 4.2.1 deste EDITAL, devidamente assinado pelo representante

do LICITANTE, inclusive quanto às declarações de compromisso do pagamento da OUTORGA FIXA e do ÔNUS VARIÁVEL, sob pena de rejeição, sendo apresentado em uma via impressa, numerada e rubricada pelo LICITANTE, e em meio magnético, contendo os seguintes documentos:

- a) Valor da proposta correspondente à OUTORGA FIXA, expresso em moeda corrente nacional (R\$), identificando expressamente o respectivo LOTE;
- b) Declaração de compromisso de pagamento da OUTORGA FIXA e do ÔNUS VARIÁVEL, de acordo com o modelo constante do ANEXO XVI;
- c) certificação, apresentada por instituição de reconhecida especialidade no mercado, de exequibilidade da PROPOSTA COMERCIAL.

13.2. O valor correspondente à OUTORGA FIXA, constante da PROPOSTA COMERCIAL do LICITANTE, não poderá ser inferior ao valor da OUTORGA FIXA MÍNIMA, fixada em:

(i) R\$ [•], na data base de [•]/2018, para o LOTE 1;

(ii) R\$ [•], na data base de [•]/2018, para o LOTE 2.

13.2.1. O valor correspondente à OUTORGA FIXA não deverá considerar, em sua formulação, qualquer espécie de atualização ou correção monetária.

13.2.2. O valor correspondente à OUTORGA FIXA deverá considerar, além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas e custos, tais como, tributos de qualquer natureza, despesas com material, mão-de-obra, serviços de terceiros, encargos sociais e trabalhistas, seguros legal ou contratualmente exigidos, despesas administrativas, locação de máquinas e equipamentos ou de imóveis auxiliares à obra, consumo de água, energia ou telecomunicações, depreciações e amortizações, multas aplicadas pela inobservância de normas e regulamentos, bem como quaisquer outras despesas que possam advir, direta ou indiretamente, do uso do BEM PÚBLICO CONCEDIDO.

13.3. O valor correspondente à OUTORGA FIXA será corrigido anualmente, a partir da data da apresentação da PROPOSTA COMERCIAL, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE, ou por outro que vier a substituí-lo.

13.4. O valor da OUTORGA FIXA deverá ser pago ao PODER CONCEDENTE em parcela única, como condição para assinatura do CONTRATO.

13.5. Para além da OUTORGA FIXA, os LICITANTES deverão pagar, mensalmente, ao PODER CONCEDENTE, ÔNUS VARIÁVEL correspondente a 1,5% (um vírgula cinco por cento) do FATURAMENTO BRUTO da CONCESSIONÁRIA, excetuada a receita decorrente da exploração de

comercialização de combustíveis, durante todo o prazo da CONCESSÃO, a partir da data de celebração do CONTRATO.

13.6. Não serão aceitos, pela COMISSÃO, quaisquer outros documentos apresentados pelos LICITANTES, que digam respeito ao seu plano de negócios, projeções financeiras ou às premissas adotadas para a sua elaboração, sendo estes dados de interesse exclusivo dos LICITANTES.

13.7. Será desclassificado o LICITANTE cuja PROPOSTA COMERCIAL:

- a) não venha acompanhada dos documentos exigidos no item 13.1 deste EDITAL;
- b) não esteja assinada por pessoa habilitada;
- c) tenha sido apresentada em valor inferior à OUTORGA FIXA MÍNIMA prevista no item 13.2 deste EDITAL;
- d) não estiver totalmente expressa em Real (R\$);
- e) se apresentar inexecutável, sendo a executabilidade demonstrada, pelo LICITANTE, por meio de certificação por instituição de reconhecida especialidade no mercado, elaborada de acordo com o modelo constante do ANEXO XVII da efetiva capacidade financeira dos acionistas e dos terceiros indicados como aportadores dos recursos, da coerência das previsões financeiras, da viabilidade das ações previstas para a captação de recursos e da previsão e programação de ações alternativas quanto a mudanças nos parâmetros chaves, tais como taxas de juros e câmbio, dentro das práticas do mercado financeiro brasileiro e internacional;
- f) não esteja redigida em português;
- g) apresente dados divergentes ou incompatíveis entre si ou com os apresentados na METODOLOGIA DE EXECUÇÃO.

CAPÍTULO III – DA CONTRATAÇÃO

14. DO LICITANTE VENCEDOR

14.1. Será considerado vencedor da LICITAÇÃO o LICITANTE que tiver a sua METODOLOGIA DE EXECUÇÃO classificada e apresentar PROPOSTA COMERCIAL com o maior valor de OUTORGA FIXA, desde que tenha sido

devidamente habilitado quanto às condições de HABILITAÇÃO previstas neste EDITAL.

14.2. Julgados os recursos, ou decorrido o prazo para sua interposição, a COMISSÃO proclamará o resultado final do certame e o objeto da LICITAÇÃO será adjudicado ao LICITANTE vencedor nas condições por ele ofertadas, após a homologação da decisão da COMISSÃO pelo Secretário de Governo.

14.2.1. Decorridos os prazos mencionados no item 15 e após assinatura do CONTRATO, serão devolvidos aos demais LICITANTES os envelopes com a GARANTIA DE PROPOSTA, a METODOLOGIA DE EXECUÇÃO, a PROPOSTA COMERCIAL e os documentos para HABILITAÇÃO, conforme recibo que deverão firmar.

15. DA ADJUDICAÇÃO

15.1. A CONTRATANTE adjudicará o objeto da LICITAÇÃO e convocará, mediante publicação no Diário Oficial do Estado, o ADJUDICATÁRIO para assinatura do CONTRATO no prazo de até 30 (trinta) dias, contado da data da mencionada publicação, podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, por motivo justificado, nos termos do § 1º do artigo 64 da Lei nº 8.666/1993.

15.2. Até 7 (sete) dias úteis antes da data prevista para assinatura do CONTRATO, o ADJUDICATÁRIO deverá comprovar à CONTRATANTE, que:

- I. Depositou, em favor do PODER CONCEDENTE, o valor referente à OUTORGA FIXA, nos termos do item 13.4, em conta específica a ser indicada pela CONTRATANTE;
- II. Constituiu o CONSÓRCIO, nos termos dos artigos 278 e 279 da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976;
- III. Contratou as coberturas de seguro, previstas no item 22 deste EDITAL;
- IV. Assinou o contrato de SUBCONTRATAÇÃO, caso tenha optado por esta modalidade, relativo a todos os serviços de construção, comprovando que a subcontratada preenche o requisito de qualificação técnica previsto no item 11.3.5., deste EDITAL;
- V. Assinou o contrato de SUBCONTRATAÇÃO, caso tenha optado por esta modalidade, relativo aos serviços operacionais dos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS e eventuais INVESTIMENTOS ADICIONAIS, comprovando que a subcontratada preenche o requisito de qualificação técnica previsto no item 11.3.5., inciso III, deste EDITAL;

VI. Apresentou a GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, correspondente a 10% (dez por cento) do VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO, nos termos do item 21 deste EDITAL;

VII. Indicou o preposto que a representará durante o período da CONCESSÃO;

VIII – Assinou Termo de ciência e de Notificação ao Tribunal de Contas do Estado, conforme modelo constante do ANEXO XVIII.

15.3. No mesmo prazo estipulado no item 15.2, o ADJUDICATÁRIO, na hipótese de CONSÓRCIO, deverá, ainda, apresentar à CONTRATANTE documentos que comprovem o compromisso das empresas que o integram, de assinar, como intervenientes/anuentes, o CONTRATO.

15.4. Se o CONTRATO não for assinado no prazo estabelecido no item 15.1. por razões não imputáveis à CONTRATANTE, o ADJUDICATÁRIO ficará sujeito a multa no valor correspondente a 10% (dez por cento) do VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO.

15.4.1. A multa estipulada neste item será cobrada por meio da execução da GARANTIA DE PROPOSTA (BID BOND), estipulada no item 10 deste EDITAL, sem prejuízo da cobrança administrativa ou judicial do valor restante devido.

15.5. Ocorrendo a hipótese prevista no item 15.4, a COMISSÃO poderá convocar os LICITANTES remanescentes, na ordem de classificação, para celebrar o CONTRATO em igual prazo e nas mesmas condições da PROPOSTA COMERCIAL apresentada pelo LICITANTE melhor classificado, nos termos do art. 64, § 2º, da Lei Federal nº 8.666/1.993, observadas as etapas de HABILITAÇÃO do LICITANTE, conforme item 11 deste EDITAL, ou revogar a LICITAÇÃO, independentemente das sanções administrativas previstas nos artigos 81 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

CAPÍTULO IV – DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À CONCESSÃO

16. DA CONCESSIONÁRIA

16.1. Em até 07 (sete) dias úteis anteriores à data da assinatura do CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA deverá ter constituído a SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO (SPE), com finalidade única de explorar a CONCESSÃO, com proibição expressa de praticar quaisquer atos estranhos a tais finalidades e com sede no Estado de São Paulo. Deverá também apresentar correspondente certidão da JUCESP (Junta Comercial do Estado de São Paulo) e inscrição no CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica)

16.1.1. A CONCESSIONÁRIA deverá assumir a forma de sociedade anônima, na conformidade da lei brasileira, devendo submeter-se ao regime da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e demais dispositivos legais, sendo a composição acionária aquela que houver sido indicada no decorrer desta LICITAÇÃO.

16.1.1.1. O Estatuto Social da CONCESSIONÁRIA deverá contemplar cláusula que:

- a. vede alteração do objeto social da CONCESSIONÁRIA;
- b. vede alteração da composição do seu controle acionário até dois anos após a assinatura do CONTRATO;
- c. submeta à prévia autorização da CONTRATANTE quaisquer operações que importem em modificação da composição do seu controle acionário, seja ele direto ou indireto, observado a alínea “b” acima;
- d. submeta à prévia autorização da CONTRATANTE as propostas de emissão de títulos e valores mobiliários, que contenham dispositivo de conversão em ações ou que tenham como garantia ações integrantes do Grupo Controlador;
- e. submeta à prévia autorização da CONTRATANTE a contratação de empréstimos ou obrigações com terceiros ou com instituições financeiras no Brasil ou no exterior, que tenham como garantia direitos emergentes da CONCESSÃO ou ações integrantes do Grupo Controlador;
- f. submeta à prévia autorização da CONTRATANTE a contratação de empréstimos ou obrigações, cujos prazos de amortização excedam o termo final do CONTRATO;
- g. submeta à prévia autorização da CONTRATANTE qualquer acordo de acionistas e suas alterações;
- h. submeta à prévia autorização da CONTRATANTE as operações de fusão, associação, incorporação ou cisão;

16.1.2. A CONCESSIONÁRIA deverá submeter à CONTRATANTE qualquer modificação em seu estatuto, durante todo o período da CONCESSÃO, observado o disposto no subitem 16.1.1.1.

16.1.3. Durante todo o prazo contratual, a CONCESSIONÁRIA deverá manter, em sua estrutura organizacional, os responsáveis técnicos exigidos na legislação vigente, para o fiel cumprimento dos serviços objeto da CONCESSÃO.

16.1.4 Em qualquer dos casos mencionados nos itens anteriores, deverão ser mantidas as condições que ensejaram a celebração do CONTRATO.

16.2. O capital social subscrito da CONCESSIONÁRIA deverá ser igual a, no mínimo, R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), devendo este capital social estar integralmente integralizado até a conclusão dos INVESTIMENTOS.

16.3. A CONCESSIONÁRIA poderá oferecer em garantia, nos contratos de financiamento, os direitos emergentes da CONCESSÃO, desde que não comprometam a operacionalização e a continuidade dos serviços, e desde que sobrevenha a autorização da CONTRATANTE, prevista no item 16.1.1.1, alínea “e”.

16.3.1. As ações correspondentes ao controle da CONCESSIONÁRIA poderão ser dadas em garantia de financiamentos, ou como contra-garantia de operações vinculadas ao cumprimento de obrigações decorrentes do CONTRATO, desde que previamente autorizadas pela CONTRATANTE.

16.4. A CONCESSIONÁRIA estará sempre vinculada ao disposto nos instrumentos convocatórios da LICITAÇÃO, à METODOLOGIA DE EXECUÇÃO e à legislação e regulamentação brasileira, em tudo que disser respeito à execução dos serviços e à exploração da CONCESSÃO.

16.4.1. As premissas e projeções financeiras realizadas pela CONCESSIONÁRIA para a elaboração de sua PROPOSTA COMERCIAL não a vinculam, nem à CONTRATANTE, que não assume qualquer responsabilidade pela concretização destas projeções.

16.5. A CONCESSIONÁRIA não poderá, durante todo o prazo da CONCESSÃO, reduzir o seu capital, a nenhum título, sem prévia e expressa autorização da CONTRATANTE.

16.6. Os recursos à disposição da CONCESSIONÁRIA serão aplicados exclusivamente no desenvolvimento de atividades relacionadas à CONCESSÃO, ressalvadas unicamente as aplicações financeiras, cuja respectiva receita é considerada acessória, conforme estabelecido no item 19 deste EDITAL.

16.7. Serão de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, durante todo o prazo da CONCESSÃO, a apresentação dos estudos e documentos exigidos pela legislação ambiental, do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo – CONDEPHAAT, bem como a obtenção do licenciamento necessário.

17. DA FISCALIZAÇÃO E PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES

17.1. A fiscalização da CONCESSÃO, durante todo o prazo do CONTRATO, será executada pela CONTRATANTE, no âmbito de sua competência, sem prejuízo da fiscalização realizada pelos demais órgãos reguladores.

17.1.1. Para os fins dispostos neste item, a CONCESSIONÁRIA, além das demais obrigações de prestar as informações estabelecidas neste EDITAL, no CONTRATO e na legislação aplicável, preparará e apresentará ao PODER CONCEDENTE, anualmente, até o dia 30 de abril de cada ano, atendendo às disposições da Lei nº 6.404/1976 e da Lei nº 11.638/2007, as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro do ano anterior, incluindo, dentre outros, o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, Demonstração dos Lucros ou Prejuízos acumulados, a Demonstração de Resultados do Exercício, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas Explicativas do Balanço, sendo tais documentos auditados por empresa de auditoria de reconhecida reputação no mercado;

17.1.1.1. As informações exigidas no item 17.1.1. têm por objetivo, exclusivamente, permitir ao PODER CONCEDENTE fiscalizar a solidez financeira da CONCESSIONÁRIA e os valores devidos a título de ÔNUS VARIÁVEL.

17.2. Sem prejuízo da fiscalização objeto do item anterior, o PODER CONCEDENTE estabelecerá, em conjunto com a CONCESSIONÁRIA, um cronograma de fiscalização e acompanhamento da execução das obras que forem realizadas no BEM PÚBLICO CONCEDIDO e eventualmente nas ÁREAS PRIVADAS.

17.3. Durante todo o prazo da CONCESSÃO a CONCESSIONÁRIA obriga-se a:

I. Dar conhecimento imediato de todo e qualquer evento que possa vir a prejudicar ou impedir o pontual e tempestivo cumprimento das obrigações contratuais e que possa constituir causa de intervenção ou extinção da CONCESSÃO;

II. Dar conhecimento imediato de toda e qualquer situação que corresponda a fatos que alterem de modo relevante o normal desenvolvimento dos serviços ou da exploração, apresentando, no prazo mínimo necessário, relatório detalhado sobre esses fatos, incluindo, se for o caso, contribuição de entidades especializadas, externas à CONCESSIONÁRIA, com as medidas tomadas ou em curso para superar ou sanar os fatos referidos;

17.4. No exercício da fiscalização, o PODER CONCEDENTE terá acesso aos dados relativos à administração, contabilidade, recursos técnicos, econômicos e financeiros da CONCESSIONÁRIA.

18. DO USO DO BEM PÚBLICO

18.1. Durante todo o prazo da CONCESSÃO ficará a CONCESSIONÁRIA obrigada a manter em pleno funcionamento, e em bom estado de conservação, todos os bens relacionados aos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS e aos eventuais INVESTIMENTOS ADICIONAIS que sejam implantados em ÁREAS PÚBLICAS.

18.2. Sem prejuízo de suas responsabilidades, a CONCESSIONÁRIA deverá executar, por sua conta e risco, as obras tidas por necessárias para a implantação dos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS MÍNIMOS exigidos no ANEXO IV e dos equipamentos que pretender instalar no BEM PÚBLICO CONCEDIDO e eventualmente em ÁREA PRIVADA, bem como para mantê-los em adequado estado de conservação, manutenção e funcionamento.

18.2.1. Os projetos necessários à execução das obras no BEM PÚBLICO CONCEDIDO e eventualmente em ÁREA PRIVADA deverão ser elaborados e custeados pela CONCESSIONÁRIA, sem qualquer participação da CONTRATANTE.

18.3. A CONCESSIONÁRIA deverá comunicar à CONTRATANTE a SUBCONTRATAÇÃO da empresa responsável pelas obras no BEM PÚBLICO CONCEDIDO e eventualmente em ÁREA PRIVADA, bem como a substituição das empresas indicadas, nos termos dos itens 15.2.IV e 15.2.V, como subcontratadas, devendo tais empresas atender aos requisitos de HABILITAÇÃO técnica previsto no item 11.3.5.

18.4. Caberá à CONCESSIONÁRIA a elaboração de todos os estudos e providências relativos ao licenciamento ambiental para a implantação dos INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS objeto da CONCESSÃO.

18.5. Caberá à CONCESSIONÁRIA a elaboração de todos os estudos e procedimentos relativos à aprovação de projetos arquitetônicos e de engenharia e para a execução de obras e serviços necessários para a minimização de impacto no sistema viário decorrente da implantação dos INVESTIMENTOS realizados.

18.6. A execução dos serviços e das obras a cargo da CONCESSIONÁRIA deverá ser iniciada a partir da data de assinatura do TERMO DE ENTREGA DO BEM PÚBLICO CONCEDIDO, obedecidos os prazos e condições técnicas indicados no ANEXO IV.

19. DA EXPLORAÇÃO DO BEM PÚBLICO CONCEDIDO

19.1. As receitas a serem auferidas pela CONCESSIONÁRIA decorrerão, exclusivamente, dos valores auferidos em razão do uso do BEM PÚBLICO CONCEDIDO e eventualmente em ÁREA PRIVADA, bem como das seguintes fontes acessórias de receita:

- I. Receitas decorrentes de aplicações no mercado financeiro;
- II. Valores recebidos por seguro e por penalidades pecuniárias previstas nos contratos firmados entre a CONCESSIONÁRIA e terceiros;
- III. Cobrança de preços por publicidade, não vedada em lei;
- IV. Receitas decorrentes da comercialização de “*naming rights*” de qualquer equipamento existente no BEM PÚBLICO CONCEDIDO e eventualmente em ÁREA PRIVADA;
- V. Receitas acessórias decorrentes da exploração de INVESTIMENTOS ADICIONAIS.



19.2. As receitas acessórias serão consideradas para fins de cálculo do valor devido a título de OUTORGA VARIÁVEL e ÔNUS DE FISCALIZAÇÃO.

20. DO PRAZO DA CONCESSÃO

20.1. O prazo da CONCESSÃO será de 30 (trinta) anos, sendo admitida a sua prorrogação nos casos previstos contratualmente.

20.2. O prazo da CONCESSÃO será contado a partir da data da assinatura do TERMO DE ENTREGA DO BEM PÚBLICO CONCEDIDO e se encerrará com a formalização do respectivo TERMO DE DEVOLUÇÃO DO BEM PÚBLICO CONCEDIDO.

21. DAS GARANTIAS DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

21.1. A CONCESSIONÁRIA prestará garantias específicas do exato e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do CONTRATO, correspondente a % ( por cento) do valor estimado da contratação.

21.1.1. A GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO apresentada na modalidade de fiança bancária deverá seguir o modelo constante do ANEXO XIX, e com seu valor expresso em Reais, contendo assinatura dos administradores da sociedade emitente, bem como comprovação dos respectivos poderes para representação

21.2. A garantia especificada no subitem 21.1. servirá para cobrir:

- I. a execução das obras previstas no ANEXO IV;
- II. o pagamento do valor do ÔNUS VARIÁVEL;
- III. o pagamento de multas que forem aplicadas à CONCESSIONÁRIA, com relação ao descumprimento de obrigações contratuais;

21.3. Se o valor das multas impostas for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, a CONCESSIONÁRIA responderá pela diferença e deverá repor o valor integral da garantia prestada, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas da respectiva notificação, sob pena de cobrança judicial.

21.4. Até a assinatura do TERMO DE DEVOLUÇÃO DO BEM PÚBLICO CONCEDIDO o CONTRATO deverá estar garantido, nos termos do item 21.1.

21.5. A garantia especificada no item 21.1 deverá ter vigência mínima de 18 (dezoito) meses.

21.6. A garantia prevista poderá ser prestada, a critério da CONCESSIONÁRIA, em qualquer das seguintes modalidades:

- I. em moeda corrente do país;
- II. em títulos da dívida pública do Estado, observado o disposto no artigo 51, § 1º, nº 1, da Lei Estadual nº 6.544/1989 (SP) e desde que não gravados com cláusula de inalienabilidade e impenhorabilidade, ou adquiridos compulsoriamente;
- III. seguro-garantia;
- IV. fiança bancária.

21.7. Caso seja utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá observar a vigência mínima prevista no item 21.5, com cláusula de renovação automática, vinculada à reavaliação do risco, observado o item 22 deste EDITAL.

21.8. No caso de CONSÓRCIO, a GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL poderá ser apresentada, a critério do LICITANTE vencedor, por meio de uma única garantia em nome do líder do CONSÓRCIO ou por meio de tantas garantias quantos forem os membros do CONSÓRCIO, com seus valores correspondentes aos percentuais de participação de cada um dos membros, conforme definido no documento de constituição do CONSÓRCIO.

21.9. A CONCESSIONÁRIA poderá, a seu exclusivo critério, exigir garantias das empresas por ela contratadas, devendo, neste caso, informar obrigatoriamente o fato à CONTRATANTE.

21.10. A garantia oferecida não poderá conter qualquer tipo de ressalvas ou condições que possa dificultar ou impedir sua execução ou que possa deixar dúvidas quanto à firmeza da garantia oferecida.

21.11. Salvo determinação expressa neste EDITAL em sentido contrário, a garantia deverá ser entregue na Diretoria de Controle Econômico Financeiro - DCE, situada à Rua Iguatemi, 105 – 6º andar – Itaim Bibi – São Paulo/SP.

21.12. Todas as despesas decorrentes da prestação da garantia correrá por conta do LICITANTE, da CONCESSIONÁRIA e de seus acionistas, conforme o caso.

22. DOS SEGUROS

22.1. A CONCESSIONÁRIA deverá manter em vigor a(s) cobertura(s) de seguro(s) necessária(s) para garantir uma efetiva e abrangente cobertura de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as atividades abrangidas pela CONCESSÃO, nos termos do CONTRATO.

22.1.1. Todas as apólices de seguro incluirão a CONTRATANTE como cossegurada e ainda possuirão, como prazo mínimo de vigência, o período de 12 (doze) meses.

22.1.2. A CONCESSIONÁRIA deverá fazer constar das apólices de seguro a obrigação da seguradora de informar por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, à CONCESSIONÁRIA e à CONTRATANTE, quaisquer fatos que possam implicar o cancelamento total ou parcial dos seguros contratados, redução de cobertura, aumento de franquias ou redução dos valores segurados.

22.1.3. A CONCESSIONÁRIA, por sua conta e risco, deverá estipular as coberturas, os valores segurados e os níveis de franquia mais adequados aos riscos envolvidos.

22.1.3.1. Eventuais diferenças entre os danos apurados e as indenizações/sinistros pagos não ensejarão direito de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

22.1.4. A CONCESSIONÁRIA deverá fornecer, no final da vigência do seguro, caso não possua a nova apólice, certificado emitido pela(s) seguradora(s) confirmando que os riscos envolvidos foram colocados no mercado segurador, conforme período determinado e de acordo com as coberturas e franquias solicitadas, aguardando apenas a autorização da instituição competente (SUSEP) para emissão da nova apólice.

22.1.5. As coberturas de seguro deverão manter-se em plena vigência desde a assinatura do TERMO DE ENTREGA DO BEM PÚBLICO CONCEDIDO até a assinatura do TERMO DE DEVOLUÇÃO DO BEM PÚBLICO CONCEDIDO.

22.1.6. As coberturas de seguro previstas neste item deverão incluir cobertura de danos de força maior sempre que forem seguráveis.

22.1.7. Qualquer indenização devida, em decorrência de sinistros cobertos pelo seguro previsto neste item, somente poderá ser paga à CONCESSIONÁRIA após prévia e expressa anuência da CONTRATANTE, condição esta que sempre deverá constar explicitamente da apólice correspondente.

22.1.8. As apólices de seguro contratadas pela CONCESSIONÁRIA deverão conter expressamente a cláusula de recomposição automática dos valores segurados, inclusive para a Seção de Responsabilidades Civil, a não ser que essa cobertura não esteja disponível no mercado segurador, o que deve ser confirmada por carta encaminhada à CONTRATANTE e subscrita pela resseguradora.

22.1.9. A CONCESSIONÁRIA poderá alterar coberturas e franquias, bem como quaisquer condições das apólices contratadas, para adequá-las às várias fases de desenvolvimento das atividades objeto da CONCESSÃO, condicionada, contudo, à prévia aprovação da CONTRATANTE.

22.1.10. Os valores fixados neste item serão reajustados pelo IPCA/IBGE.

22.1.11. Todos os seguros deverão ser efetuados em seguradoras em operação no Brasil, com representação em São Paulo.

CAPÍTULO V – DO CONTRATO

23. DO CONTRATO

23.1. O CONTRATO obedecerá aos termos da minuta constante do ANEXO II.

23.1.1. No caso de CONSÓRCIO, as empresas que o integram assinarão o CONTRATO, assumindo todas as obrigações dele decorrentes junto à CONTRATANTE, inclusive a de se constituir em SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO – SPE, nos termos do item 16.1.

23.2. A CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato do CONTRATO no Diário Oficial do Estado.

24. DAS SANÇÕES E PENALIDADES

24.1. O não cumprimento das diretrizes, normas, especificações, regulamentos, índices e parâmetros fixados pela CONTRATANTE, bem como atrasos no cumprimento de prazos e cronogramas, em qualquer de suas fases, importarão na aplicação das multas especificadas no CONTRATO e na legislação aplicável.

24.1.1. A aplicação da multa a que alude este item não impede que a CONTRATANTE rescinda o CONTRATO ou aplique outras sanções previstas no CONTRATO ou na legislação pertinente.

24.1.2. As multas serão aplicadas através de processo administrativo sancionador, que será iniciado a partir da respectiva notificação emitida pela CONTRATANTE à CONCESSIONÁRIA, garantida sua defesa prévia no prazo legal, observado o rito previsto na legislação pertinente.

24.2. Caso a CONCESSIONÁRIA não proceda ao pagamento da multa imposta no prazo estabelecido, a CONTRATANTE utilizará as garantias prestadas nos termos deste EDITAL.

25. DA EXTINÇÃO DA CONCESSÃO

25.1. Nos termos da lei, a CONTRATANTE poderá intervir na CONCESSÃO, com o fim de assegurar o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes.

25.2. A CONCESSÃO extinguir-se-á por:

I. Advento do termo contratual;

II. Rescisão;

III. Anulação;

IV. Falência ou extinção da CONCESSIONÁRIA ou de qualquer de seus acionistas.

25.3. Extinta a CONCESSÃO, retornam à CONTRATANTE, sem direito a qualquer espécie de indenização, e observados os termos do item 2.5 deste EDITAL:

I. Todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados ao BEM PÚBLICO CONCEDIDO;

II. Todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados a INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS que tenham sido implantados em ÁREAS PRIVADAS;

III. As ÁREAS PRIVADAS onde tenham sido implementados INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS.

26. DA TRANSFERÊNCIA DO BEM PÚBLICO CONCEDIDO

26.1 O PODER CONCEDENTE transferirá a CONCESSIONÁRIA a posse do BEM PÚBLICO CONCEDIDO, após a assinatura do CONTRATO, mediante a assinatura do TERMO DE ENTREGA DO BEM PÚBLICO CONCEDIDO, após vistoria conjunta.

27. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

27.1. Os contratos que vierem a ser firmados pela CONCESSIONÁRIA com terceiros, relativamente ao desenvolvimento das atividades pertinentes à CONCESSÃO, serão regidos pelo Direito Privado, não tendo os seus contratos qualquer relação com a CONTRATANTE.

27.2. Ainda que a CONTRATANTE tenha tido conhecimento dos termos de qualquer contrato assinado pela CONCESSIONÁRIA com terceiro, por força do estabelecido neste EDITAL ou no CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA não poderá alegar ato ou fato decorrente desses contratos para pleitear ou reivindicar da CONTRATANTE ou do PODER CONCEDENTE qualquer alteração no cumprimento de suas obrigações, ressarcimento de prejuízos ou perda de benefícios.

RELAÇÃO DOS ANEXOS

Anexo I – Descritivo das Áreas Públicas;

Anexo II - Minuta do Contrato;

Anexo III – Projetos Orientativos dos Investimentos Obrigatórios;

Anexo IV - Termo de Referência

Anexo V– Modelo da Proposta Comercial;

Anexo VI – Modelo de Carta de Credenciamento e de Procuração;

Anexo VII – Modelo do Atestado de Vistoria;

Anexo VIII – Modelo de Carta de Fiança Bancária - Para garantia de Proposta;

Anexo IX – Modelo de Declaração de Situação Regular perante o Ministério do Trabalho;

Anexo X – Modelo de Declaração Lei Estadual nº 10.218/99;

Anexo XI – Modelo de Declaração de Situação Regular perante o artigo 117 -
Parágrafo único da Constituição do Estado;

Anexo XII – Modelo de Opção para Subcontratação;

Anexo XIII - Modelo de Declaração referente à Lei Estadual nº 12.799/08 – CADIN
ESTADUAL;

Anexo XIV - Modelo de Declaração para Habilitação;

Anexo XV - Modelo de Declaração da Licitante quanto ao cumprimento da
Metodologia de Execução;

Anexo XVI - Modelo de Compromisso de Pagamento da Outorga Fixa e do Ônus
Variável;

Anexo XVII - Modelo de Carta Subscrita por Instituição Financeira declarando
exequibilidade da proposta comercial;

Anexo XVIII - Termo de ciência e de notificação ao Tribunal de Contas do Estado de
São Paulo;

Anexo XIX - Modelo de Carta de Fiança Bancária – Para garantia de execução
contratual;

Anexo XX – Modelo de Declaração de atendimento ao Decreto Estadual nº
53.047/08.

Anexo XXI – Das Penalidades

Anexo XXII – Plano de Investimentos Obrigatórios e Eventuais Planos de
Investimentos Adicionais

Anexo XXIII – Plano de Seguros e Apólices de Seguro

Anexo XXIV – Plano de Garantias e Garantia de Execução

Gabinete do Secretário, [.] de [.] de [.]



Chefe de Gabinete da Secretaria de Governo